

**UNIOESTE - UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ  
CAMPUS DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, EDUCAÇÃO E LETRAS - CCHEL  
COLEGIADO DE HISTÓRIA**

**JAQUELINE MICHELE CUNICO**

**A PRODUÇÃO DE LEITE PARA A FRIMESA COOPERATIVA CENTRAL E AS  
RELAÇÕES DE TRABALHO NO CAMPO DO OESTE DO PARANÁ**

**MARECHAL CÂNDIDO RONDON**

**2011**

**UNIOESTE - UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ  
CAMPUS DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, EDUCAÇÃO E LETRAS - CCHEL  
COLEGIADO DE HISTÓRIA**

**JAQUELINE MICHELE CUNICO**

**A PRODUÇÃO DE LEITE PARA A FRIMESA COOPERATIVA CENTRAL E AS  
RELAÇÕES DE TRABALHO NO CAMPO DO OESTE DO PARANÁ**

**Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado ao Curso de História do  
Campus de Marechal Cândido Rondon  
da Universidade Estadual do Oeste do  
Paraná. Orientador: Professor Doutor  
Vagner José Moreira.**

**MARECHAL CÂNDIDO RONDON**

**2011**

*Aos meus pais, Leira e Altair.*

*Meu exemplo, minha vida.*

## AGRADECIMENTOS

Este Trabalho de Conclusão de Curso e toda a trajetória da graduação não seriam possíveis sem o apoio de inúmeras pessoas que de alguma forma ou outra contribuíram para que pudesse chegar até este momento.

Agradeço a todos os que foram entrevistados durante a pesquisa, que cederam seu tempo para que a entrevista fosse realizada, e sem os quais este trabalho não seria possível.

Agradeço a todos os colegas e professores do Grupo de Pesquisa “História Social do trabalho e da Cidade”, Linha de Pesquisa “Trabalho e Movimentos Sociais”, que proporcionaram inúmeras discussões que auxiliaram na pesquisa.

Ao meu orientador Professor Doutor Vagner José Moreira que participou de parte importante da graduação, orientando a pesquisa a mais de dois anos. Serve-me como exemplo de comprometimento e ética com a profissão, não poupando esforços em me ajudar quando fosse preciso.

A Gilvana, amiga e companheira desses quatro anos de caminhada. Pelas discussões, pelas risadas, pelas conversas fiadas e por sempre saber dizer qual era o texto da próxima aula.

Ao Leandro, meu grande amor, o porto seguro onde ancorei nos momentos de tempestade.

A Fabiane, minha irmã e melhor amiga, por toda a ajuda e amizade.

Por fim e mais importante, aos meus pais, Leira e Altair, trabalhadores rurais, que apesar da difícil situação fizeram o possível e o impossível para que tivesse a oportunidade de me dedicar inteiramente a graduação. A minha gratidão a vocês é imensurável, não tendo palavras o suficiente para expressá-la.

## RESUMO

Este trabalho de conclusão de curso tem como objetivo analisar as relações de trabalho no campo no Oeste do Paraná a partir da década de 1960. Investigar as transformações ocorridas nas relações de trabalho no campo a partir do momento em que o modo de produzir capitalista é disseminado no meio rural desta região. Delimitando a pesquisa a investigação dos trabalhadores rurais e pequenos proprietários de terra que na cadeia produtiva do leite estão vinculados a empresa Frimesa Cooperativa Central. E, também, trabalhadores que vivenciaram este processo denominado hegemonicamente como “mecanização do campo”. Percebe-se a intensificação da industrialização no Oeste paranaense, principalmente as agroindústrias. As chamadas “cooperativas” que na historiografia tradicionalmente eram entendidas como uma organização alternativa de trabalhadores contra a exploração do capital passa por um processo de apropriação e re-significação por setores capitalistas. Colocar em evidência a experiência vivida pelos trabalhadores rurais vinculados a industrialização do leite no Oeste do Paraná pela Frimesa é o objeto da pesquisa.

**Palavras-Chave:** Relações de trabalho; Frimesa Cooperativa Central; Industrialização do leite; Oeste do Paraná.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>6</b>
<b>CAPÍTULO I - “E TODO MUNDO SABE QUE A VACA VOCÊ TEM QUE TÁ TODO DIA AÍ, NÃO TEM FERIADO, NÃO TEM SEXTA-FEIRA SANTA, IGUAL HOJE, NÓS TEMO QUE TRABALHÁ”: TRABALHO E TRABALHADORES DA CADEIA PRODUTIVA DO LEITE VINCULADO A FRIMESA COOPERATIVA CENTRAL.....</b>	<b>10</b>
<b>CAPÍTULO II - TRABALHO E TRABALHADORES DO CAMPO NO OESTE PARANAENSE, 1960-2000 .....</b>	<b>36</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>54</b>
<b>FONTES ORAIS .....</b>	<b>56</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>58</b>

## INTRODUÇÃO

Esta pesquisa visa investigar as relações de trabalho no campo no Oeste do Paraná a partir da década de 1960. Analisar as mudanças que ocorrem nas relações de trabalho no campo a partir do momento em que o modo de produzir capitalista se intensifica no meio rural nesta região. Delimitando a investigação aos trabalhadores rurais e pequenos proprietários de terra que na cadeia produtiva do leite estão vinculados a empresa Frimesa Cooperativa Central. E também trabalhadores que vivenciaram este processo denominado hegemonicamente como “mecanização do campo”.

Nas últimas duas décadas percebe-se a intensificação da industrialização na região Oeste do Paraná, principalmente as agroindústrias. As chamadas “cooperativas”, que na historiografia, tradicionalmente, se entendia como uma organização alternativa de trabalhadores contra a exploração capitalista passa por um processo de apropriação e re-significação por setores capitalistas. É dentro desse contexto que as relações de trabalho envolvidas na cadeia produtiva do leite está inserida. Colocar em perspectiva histórica a experiência vivida pelos trabalhadores rurais vinculados a industrialização do leite no Oeste do Paraná pela Frimesa é o objeto central da pesquisa.

O interesse inicial desta pesquisa está em analisar questões que surgem a partir do meu egresso na Universidade. A partir de então percebi que era possível dentro da História compreender o meio em que vivo: o campo. Então mais do que uma pesquisadora que parte da Universidade para analisar o meio rural vivo organicamente essa experiência. Como já afirmou Raymond Williams (1989) tratando da Inglaterra nos finais do século XIX início do XX “devo dizer que para mim, a vida rural tem diversos significados”.

Filha de trabalhadores rurais, sempre convivi em um meio onde a maioria das famílias de meus amigos são proprietários de terra, denominados hegemonicamente como “colonos”. Compreender a categoria a que minha família pertence foi algo que consegui apenas na Universidade. Quando me questionavam sobre a profissão de meus pais a resposta sempre foi: são “colonos”, são “agricultores”. E era assim que eu me sentia.

Em certa ocasião ainda no Ensino Médio um colega me questionou dizendo que meus pais não eram “colonos” ou “agricultores”, sendo que não tinham propriedade de terra. Fiquei muito chateada com a fala de meu colega. Nasci e cresci no campo, meus pais não sabem e não querem fazer outra coisa que não seja cuidar da terra e dos animais. Meu pai, em especial,

possui um sentimento de identificação e amor pelo trabalho “na roça” que desconheço em qualquer proprietário de terra. Então como alguém poderia afirmar que minha família não era de “colonos”?

Naquele momento esta questão ficou sem respostas para mim. Já na Universidade depois de muito tempo pesquisando o meio rural no Oeste paranaense consegui compreender melhor. Infelizmente, nem todos que se identificam com o trabalho na terra tem o direito a ela, inclusive numa região formada por pequenos proprietários. Nem mesma eu, dentro de uma família de trabalhadores rurais, percebia a diversidade de categorias de trabalho no campo para além dos proprietários de terra. Um campo permeado por disputas.

Esta pesquisa possui também um engajamento pessoal. Compreendo que “se o passado conta, é pelo que significa para nós” (CHESNEAUX, 1995). O passado possui um sentido, ele ajuda a compreender a nossa sociedade, o que defender e preservar ou mudar e destruir. O desafio do historiador é o de se envolver com os problemas de sua sociedade, do seu tempo. É essa a razão de se analisar o passado, buscar soluções para as questões que nos afligem no tempo presente.

A guinada inicial desta pesquisa aconteceu no ano de 2009 por meio de um projeto de iniciação científica. Desde então esta pesquisa vem sendo desenvolvida e tem seu desdobramento neste trabalho de conclusão de curso. Nestes dois anos de pesquisa foram feitas inúmeras leituras da bibliografia relacionada as relações de trabalho no meio rural de áreas além da história como a geografia e a sociologia. Também ao longo deste processo foram realizadas entrevistas com trabalhadores rurais e pequenos proprietários de terra de Marechal Cândido Rondon e de Pato Bragado<sup>1</sup>. Com a fonte oral foi possível analisar e entender como esses trabalhadores criam e recriam suas experiências e modos de vida.

No total foram realizadas treze entrevistas. O contato inicial se deu através do técnico agropecuário da Frimesa responsável pelas localidades em que os entrevistados residem. Os demais entrevistados foram localizados através de indicação dos primeiros entrevistados e também por meu contato direto. As entrevistas foram realizadas com pequenos proprietários de terra que vendem a produção de leite para a Frimesa. Com trabalhadores que não possuem propriedade de terra e que vendem sua força de trabalho para esses pequenos proprietários. Também foram entrevistados trabalhadores e pequenos proprietários de terra que vivenciaram

---

<sup>1</sup>O atual município de Pato Bragado pertenceu a Marechal Cândido Rondon até ano de 1990 quando foi emancipado, por isso da utilização de entrevistas realizadas com trabalhadores desta localidade.

o trabalho no meio rural a partir da década de 1960, o processo de disseminação da forma de produzir capitalista no campo.

Foram entrevistados os pequenos proprietários de terra Danilo Dunke, Arnilda Layter e Alse Milke, na Linha Flor do Oeste, distrito de Iguaporã. Na Linha Havaí, no mesmo distrito, foi entrevistado o pequeno proprietário Valdemar Lemmertz. Na Linha São João, distrito de Margarida o trabalhador Guido Limberger. Na Linha Passo Fundo, Bom Jardim, foi entrevistada a trabalhadora Marlete Gitler. Tempos depois concedeu nova entrevista junto com seu esposo José Gitler, quando residiam na Linha Oriental, município de Pato Bragado. Também neste município foi entrevistado o trabalhador rural Altair Cunico. Bernardo e Julieta Kopsel, que atualmente possuem uma pequena propriedade de terra na Linha km 9 no interior de Pato Bragado. A trabalhadora aposentada Emma Horst, residente atualmente no centro de Pato Bragado, mas que por longo período trabalhou no campo. A trabalhadora rural Louvane Maria Strenske, que trabalha juntamente com o esposo em uma granja de suínos, mas que também possui uma pequena propriedade de terra no interior do município. A pequena proprietária de terra aposentada Ivone Maehler Scherer. E a aposentada Selmira Majolo, que possuía uma pequena propriedade de terra na Linha km 5, em Pato Bragado.

Tratando-se das fontes orais é importante ressaltar a dificuldade do trabalho com as entrevistas, levando em consideração que na fala dos entrevistados estão inúmeros significados de como esses sujeitos entendem os processos de disputas que acontece no meio em que vivem. Muitas vezes se cai no erro de procurar nas fontes orais uma alternativa ao hegemônico, “outra história e outras cidades” (ALMEIDA; CALVO; CARDOSO, 2005, p. 21).

De acordo com Alessandro Portelli (1997, p. 35) “os documentos da história oral são sempre resultado de um relacionamento, de um projeto compartilhado no qual ambos, o entrevistador e o entrevistado, são envolvidos, mesmo se não harmoniosamente”. Mesmo sendo o entrevistador que faz os questionamentos a resposta do entrevistado pode levar para caminhos inversos do que a questão estava buscando, a entrevista é construída tanto pelo entrevistador como pelo entrevistado.

Fazer uma entrevista com questões já pré-determinadas e estáticas sem levar em consideração o que o entrevistado deseja contar podem limitar totalmente a entrevista, perdendo questões que seriam mais interessantes do que as que foram estipuladas antecipadamente. Para que isso não aconteça “o primeiro requisito, por isso, é que o

pesquisador ‘aceite’ o informante e dê prioridade ao que ela ou ele deseje contar de preferência ao que o pesquisador quer ouvir” (PORTELLI, 1997, p. 35).

A memória não é apenas um receptáculo de fatos e informações prontas e acabadas, ela não apenas preserva o passado, mas o reconstrói a partir das experiências vividas pelo entrevistado. O passado é significado pelo o que representa no presente, faz-se também a comparação entre a situação atual e a passada para significar os dois tempos. “O principal paradoxo da história oral e das memórias é, de fato, que as fontes são pessoas, não documentos” (PORTELLI, 1996, p. 60). Não é apenas o pesquisador quem interpreta a fala do entrevistado, o narrador não é apenas o que conta os fatos para que o entrevistador o interprete, “recordar e contar já é interpretar”. O entrevistado não é amorfo a entrevista, ele participa diretamente de sua construção com o pesquisador.

A subjetividade da fonte oral não pode ser eliminada, nem o poderia, sabendo utilizá-la pode ser a peça chave da fala do narrador. Mesmo não sendo totalmente verdadeira a versão que o narrador dá aos acontecimentos a significação que ele faz destes, esta sim é verdadeira. Existem inúmeros aspectos da história oral que poderiam ser tratados neste momento, mas este trabalho não pretende discutir apenas teoricamente as fontes orais e sim utilizá-las para a presente pesquisa. Afinal o “trabalho histórico que utiliza de fontes orais é infundável, dada a natureza das fontes; o trabalho histórico que exclui fontes orais (quando válidas) é incompleto por definição.” (PORTELLI, 1997, p. 37).

No primeiro capítulo analiso especificamente as relações de trabalho no campo envolvidas no processo de “agregar valor ao leite”. Através das entrevistas e da bibliografia sobre o assunto faço análise das transformações desencadeadas pelo uso de novas tecnologias no campo. Isso relacionado a apropriação das “cooperativas” por setores capitalistas no Oeste do Paraná.

No segundo capítulo faço uma análise das relações de trabalho envolvidas no processo de “mecanização do campo” no Oeste do Paraná, aproximadamente a partir da década de 1960. A partir do relato dos trabalhadores analiso como estes experienciaram as transformações ocorridas no meio rural durante este período.

Pretendo por meio da pesquisa colocar em destaque uma classe que é encoberta por uma visão hegemônica na região Oeste do Paraná: os trabalhadores rurais. Incluindo nesta a categoria de parceiros, meeiros, assalariados, bóias-fria, entre outros. Evidenciar um campo coberto por tensões e conflitos sociais.

## CAPÍTULO I

### **“E TODO MUNDO SABE QUE A VACA VOCÊ TEM QUE TÁ TODO DIA AÍ, NÃO TEM FERIADO, NÃO TEM SEXTA-FEIRA SANTA, IGUAL HOJE, NÓS TEMO QUE TRABALHÁ”: TRABALHO E TRABALHADORES DA CADEIA PRODUTIVA DO LEITE VINCULADO A FRIMESA COOPERATIVA CENTRAL**

Neste capítulo da pesquisa problematizo as relações de trabalho no meio rural envolvidas na cadeia produtiva do leite na empresa Frimesa Cooperativa Central. Analisar as transformações que ocorrem à medida que novos métodos de produção e gestão foram implantados para a industrialização da agropecuária. O processo histórico denominado a partir de uma versão hegemônica que constrói a ideia de “agregar valor” à produção leiteira. O objetivo é compreender como os trabalhadores do leite significam esse processo histórico e como as relações de trabalho no campo se constituíram com a expansão das relações capitalistas no campo nas últimas duas décadas.

As transformações desencadeadas pelo uso de novas tecnologias no campo, relacionado à apropriação das “cooperativas” por setores capitalistas na região Oeste do Estado do Paraná nas últimas décadas provocou modificações nas relações de trabalho relacionadas à produção agropecuária. Em especial os trabalhadores do campo. Muitos autores descrevem este processo de transformação do campo como “modernização da agricultura” ou como a “mecanização da produção”. O termo “mecanização” é insuficiente para descrever todo o processo uma vez que não se limita apenas ao uso de máquinas, mas também o uso de inseticidas, herbicidas, transformação da genética de sementes e animais, entre outros. E, principalmente, considerar que esse processo tem consequências na vida dos trabalhadores.

Ao exaltar o termo “modernização” ou “mecanização” desqualifica-se todo um modo de produzir e trabalhar, que tem impacto na vida das pessoas envolvidas. Ou seja, quando o uso de novas técnicas de trabalho é exaltado, a maneira de trabalhar que os sujeitos possuíam anteriormente é desvalorizada. Na literatura sobre a temática, muitos autores utilizam termos que desqualificam uma “antiga” forma de trabalho, “agricultura atrasada” (MÜLLER, 1989, p. 54) ou “o arcaico setor rural” (TEIXEIRA, 2010, p. 25). Uma forma de organizar ou

exercer o trabalho pode ser extremamente significativo para quem a utiliza, e o uso desses termos adjetiva negativamente um modo de produzir e de viver.

Para compreender essas transformações temos que pensar que se trata do processo histórico da implantação do modo capitalista de produção no campo, o que acarreta em modificações na vivência das pessoas.

O processo de introdução de novas tecnologias no campo no Brasil aprofundou as desigualdades entre os agricultores. Uma minoria dos agricultores se enquadra em uma agricultura dita como “dinâmica” e “moderna”, e são responsáveis pela maior parte da produção agropecuária. Enquanto a maioria dos trabalhadores rurais são considerados “atrasados” e produzem uma pequena parte da totalidade da produção agropecuária. Segundo Geraldo Müller (1989) isso é consequência da incorporação do “agro” as regras do jogo do capitalismo, principalmente a partir da década de 1960.

A reorganização do trabalho para a produção de leite com a expansão capitalista no campo intensificou modos de assalariamento: diaristas, bóias-frias, mensalistas, registrados ou não pelos proprietários, como expressão das “novas” relações de trabalho. Os integrantes da família já não são mais suficientes para realizar o trabalho dentro da pequena propriedade. Nesta relação entre proprietário e trabalhador podem ser identificados diversos conflitos, especialmente pela falta de “legalização” deste trabalho na região.

A trabalhadora Marlete Gittler de quarenta e três anos foi entrevistada em dezembro de 2009 quando morava e trabalhava juntamente com seu esposo na propriedade do Senhor Osmar Sommer. Localizada na Linha Passo Fundo, distrito de Bom Jardim, Marechal Cândido Rondon. O contato inicial com a entrevistada foi realizado por meio do intermédio do técnico agropecuário da Frimesa responsável pela produção de leite na localidade da propriedade. Marlete ressalta que a relação de trabalho não estava formalizada com contrato de trabalho e registro em Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS). Mas de certa forma, o não cumprimento das leis trabalhistas e previdenciárias era aceito pela trabalhadora, segundo argumento do patrão, uma vez que as terras da propriedade não estavam em seu nome:

Jaqueline: Tá então a senhora podia falar porque vocês não ganham carteira assinada aqui?

Marlete: É porque não tem nada no nome daí é difícil dá uma coisa, porque nem contrato ele não consegue fazê porque ele não tem nada no nome<sup>2</sup>.

Nesta narrativa a trabalhadora parece tentar justificar as atitudes do patrão, talvez por medo de represálias. Percebe-se a subjetividade da história oral, vários fatores devem ser levados em consideração ao se analisar a fala dos entrevistados. Provavelmente se o casal não residisse na mesma propriedade que o patrão a fala seria diferente. É o que acontece em uma segunda entrevista que fiz com esta mesma trabalhadora juntamente com o seu esposo algum tempo depois. Neste momento eles estavam trabalhando em uma propriedade na Linha Oriental, interior do município de Pato Bragado:

Jaqueline: Mas que nem lá no Osmar, eu já falei, que nem ele não podia dar um contrato alguma coisa só por, pela produção de leite, por que a produção de leite tá no nome dele, né?

Marlete: Mas o Osmar também podia ter feito assim como se nós tivesse arrendado isso pra plantar!<sup>3</sup>

Nesta segunda entrevista, o fato de não trabalhar mais para tal pessoa muda a fala da entrevistada. Pois não existe mais a pressão de morar no mesmo local e o receio de perder o emprego. O proprietário poderia sim assinar a carteira de trabalho para os trabalhadores, mas não o fazia por ser desvantajoso para ele financeiramente. Teria que arcar com as despesas que a contratação que um trabalhador exige e também por receio de complicar o seu processo de aposentadoria.

A questão da moradia gratuita para os trabalhadores nas propriedades é algo comum na região. Embora inicialmente pareça ser uma vantagem ao trabalhador isso também serve como meio de controle dos patrões sob os trabalhadores. Na fala da entrevistada ela expõe essa situação relatando sobre a relação dela e seu esposo com seus patrões. Segundo Marlete, “Como é que eu vô tê dizê... Não é ruim, mas também não é bom... Só que não é fácil porque, porque a gente vê muito ele (patrão), a gente tá dentro de casa daí eles procuram, acha um serviço por fora nem que é de noite, escuro, eles tão fuçando por fora”.

<sup>2</sup> GITTLER, Marlete. Entrevista concedida em 22 de dezembro de 2009. Realizada por Jaqueline Michele Cunico, nas dependências da residência da entrevistada na Linha Passo Fundo, distrito de Bom Jardim, Marechal Cândido Rondon – PR.

<sup>3</sup> GITTLER, Marlete. GITTLER, José. Entrevista concedida em 13 de maio de 2010. Realizada por Jaqueline Michele Cunico nas dependências da residência do casal na Linha Oriental, Pato Bragado – PR.

Como o casal de trabalhadores morava na mesma propriedade que seus patrões, estes acabavam exigindo que fossem feitas tarefas que não eram de obrigação do casal. Sendo que o que havia sido combinado eram apenas a ordenha e alimentação das vacas. Porém, como se tratava apenas de contrato verbal, o patrão descumpria com o que havia sido tratado. De acordo com Marlete, “É que tu não tem como o contrato, porque se tu faz um contrato é isso, né? Que nós não temos nada que apresenta pra eles, olha tá aqui no contrato, o que é que foi falado, daí não dá, não tem como nós ir contra eles.”

Com o direito de ter a carteira de trabalho assinado usurpado e sem algum outro tipo de contrato a trabalhadora pensava não ter como exigir seus direitos. Isso por que não eram trabalhadores “legalizados”. Além de exigir dos trabalhadores que fizessem tarefas que não eram de sua obrigação, o patrão quase todos os meses atrasava o pagamento do salário. O salário muitas vezes não chegava ao mínimo para cada um do casal, pois recebiam por porcentagem, dez por cento da produção. Prática comum no meio rural na região, cujas relações de trabalho são nomeadas de “parceria”:

Jaqueline: Mas assim quanto tempo ele chegou a deixar atrasado?

José: É o mais que atrasou foi três mês, por que a gente cobrava meio direto, porque senão, ia chegá, acho que chegava oito mês se ficava quieto e não cobrava.<sup>4</sup>

Em uma conversa informal a Senhora Marlete comentou que ela e o esposo chegaram a certo momento quase a passar fome. O salário não era pago e o patrão não permitia que fossem retirados alimentos que eram produzidos na propriedade, como ovos e carne. Não existe nenhum tipo de preocupação por parte da Frimesa Cooperativa Central em saber sobre a situação destes trabalhadores, sobre suas condições de trabalho e de vida. A única preocupação da empresa é com relação a produção do leite. Tanto que o técnico visita as propriedades apenas quando é detectado algum problema com a qualidade leite, ou com os animais. As relações trabalhistas que se dão neste processo histórico de “agregar valor” ao leite entre proprietários e trabalhadores não é relevante para a empresa.

Quanto ao pagamento por porcentagem trata-se de uma relação de trabalho e uma prática que se tornou comum entre os trabalhadores do leite. Consiste em pagar uma porcentagem do valor total recebido pela produção de leite, que na Frimesa ocorre todo dia 13

---

<sup>4</sup>

Idem, Ibidem.

de cada mês. No caso da senhora Marlete e de seu esposo não havia nenhum contrato de trabalho. Em muitos casos o que acontece é que o proprietário faz um contrato de “parceria” com o trabalhador tornando-os “parceiros”. Desta forma, os proprietários podem contratar trabalhadores sem vínculos empregatícios o que poderia os complicar no momento da aposentadoria e os exime do pagamento de direitos trabalhistas. O que acontecia com a dona Marlete, e provavelmente não é o único caso do município, é que junto com o seu esposo os dois não chegavam a ganhar nem se quer um salário mínimo por mês para cada um.

O senhor Altair Cunico, 52 anos, trabalhador rural no município de Pato Bragado, interpreta a partir de sua experiência esta questão:

Vagner: E naquele momento lá, o senhor fala muito que recebe aí dois por cento, lá era quinze por cento, isso era comum ou como que era? Todos os trabalhadores que o senhor conhecia trabalhavam?

Altair: Hoje a maioria mesmo ganhando salário recebe porcentagem, por que, se tu tem um funcionário que não é um cara bom, o cara é meio preguiçoso ou coisa assim, então tu vai por ele ali, tá eu vou te dá dois salário, daí pra ele tanto faz se ele tira cem litro das vaca ou te tirá cinquenta, o dele vai sair, tanto faz, né? Quem vai se lascar é o dono das vaca. Agora se tu dá: “não eu vô te dar cinco por cento”. Então quanto mais leite ele produzi, mais ele vai sobrar pra ele também. Eu não, pra mim tanto faz. Eu pego dois por cento, lógico quanto mais eu consegui tirá das vaca, mais vai sobra pra mim também, mas eu não sô desses de chega ali agora se eu ganhasse só dois salário relaxa, deixa corre o mês por trinta dia e ele que se lasca, por que daí quem ia perde mais era ele. Desde que eu me lembro aquela época a maioria dos empregado trabalhava, pega salário e pega porcentagem então diminui um pouco no salário dá um pouquinho de porcentagem, daí a pessoa trabalha com mais interesse pra produzir mais, agora ele sabe se eu produzi mil litro a mais no mês essa porcentagem vem a mais, funciona assim. (risos) E que nem se me desse, pagasse, só me desse três salário em vez de me dá a porcentagem, daí eu podia só, não os meus três salário tão garantido, agora se as vaca dele dé cem litro ou eu não trata deixa corre solto ali quem vai perde é ele, eu não por que o meu vai saí, só que a gente não é de fazê essas coisa, agora tem gente que faz. E, então, por isso a maioria, tanto é com porco, com aviário, a maioria recebe uma porcentagem pra ter o interesse melhor pra cuidá as coisa.<sup>5</sup>

Partindo de sua experiência o senhor Altair consegue compreender a lógica da utilização do sistema de “pareceria” pelos proprietários de terra com seus empregados. Desta forma, ao invés de um salário fixo, ou as duas formas de pagamento combinadas, com a

---

<sup>5</sup> CUNICO, Altair. Entrevista concedida em 22 de abril de 2011. Realizada por Vagner José Moreira nas dependências da residência do entrevistado no Prolongamento da Avenida Willy Barth, Pato Bragado – PR.

parceria acaba-se por estimular o trabalhador a produzir mais para que no final do mês consiga um salário melhor. Mesmo compreendendo está lógica o entrevistado considera errado os trabalhadores que não recebem pelo sistema de porcentagem não exercerem corretamente o seu trabalho. O trabalhador não narra isso com exatidão, mas nas entrelinhas de sua narrativa pode-se perceber a sua opinião: “só que a gente não é de fazê essas coisa, agora tem gente que faz. E, então, por isso a maioria, tanto é com porco, com aviário, a maioria recebe uma porcentagem pra ter o interesse melhor pra cuida as coisa”. Para o entrevistado este sistema de parcerias é utilizado por muitos proprietários exatamente porque caso o contrário muitos trabalhadores não teriam interesse em produzir mais. Sendo que o seu salário estaria garantido, ou seja, por culpa dos trabalhadores; o senhor Altair incorpora totalmente em sua fala o que é disseminado pela classe proprietária de terra como justificativa para não cumprir com as leis trabalhistas no campo.

Dialogando com outros autores que tratam sobre esta questão na região cabe citar Flaviane Mônica Christ (2010), que analisa o processo de formação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Miguel do Iguaçu (STRs), no início da década de 1970. Analisando as categorias de trabalho no campo utiliza a fala do advogado do Sindicato David Hermes Depiné:

David: Existe bastante (assalariado), até pela rentabilidade do agricultor sendo que um médio, grande agricultor até mesmo um pequeno agricultor. Hoje em dia (2010) a agricultura é uma atividade que não está mais no vermelho, digamos assim. Então, com isso, muitos agricultores estão contratando empregados como parceiros como tem chamado, com esse problema de não assinar carteira e acaba se incomodando mais pra frente. A questão dos aviários, hoje em dia que é bastante lucrativo, a gente tem várias cooperativas que trabalham no ramo, empresas que trabalham no ramo aqui na região, e esse tipo de atividade requer muita mão de obra, e só a família não vem dando conta de fazê isso. Então existe bastante contratação, principalmente pra trabalhar em granja de porco e em aviários. E muitos agricultores também pela renda abandonam um pouco o trabalho manual. Médio e grande produtor, que não é familiar, contratam assalariado pra fazê todo tipo de serviço. Já gerenciam o trabalho. E a gente tem bastante agricultor aqui na nossa região com poder aquisitivo alto, então, se você for percorrer as propriedades rurais que não são de economia familiar, muito pequena, você vai encontrar pessoas lá que deveriam tá com carteira assinada, mas não está, tá como parceiro, meeiro, arrendatário, só que na

verdade não é. É um empregado que na verdade deveria tá com a carteira assinada.<sup>6</sup>

Segundo a narrativa do advogado é comum encontrar nas propriedades rurais da região Oeste do Paraná trabalhadores que deveriam ser contratados com carteira assinada como assalariados, porém estão como parceiros, meeiros, arrendatários. Como já foi citado, os proprietários se utilizam desses meios para fugir do cumprimento dos direitos trabalhistas e previdenciários e para não haver complicação no processo de aposentadoria. Isso por que perante a justiça do trabalho passam a ser empregadores e não pertencem mais ao regime de economia familiar, como está no artigo 11, da lei 8.213, em que “entende-se como regime de economia familiar a atividade em que o trabalho dos membros da família é indispensável à própria subsistência e é exercido em condições de mútua dependência e colaboração, sem a utilização de empregados” (CHRIST, 2010, p. 131).

A análise das relações de trabalho no campo em São Miguel do Iguazu é relevante para a reflexão em outras localidades, como em Marechal Cândido Rondon e Pato Bragado. O receio de ter que assumir encargos trabalhistas e de problemas no processo de aposentadoria leva a classe patronal a utilizar de trabalho sem cumprimento de direitos trabalhistas.

Tratando ainda da questão da falta do cumprimento dos direitos trabalhistas e previdenciários destes trabalhadores do campo, a narrativa da senhora Alse Milke de 48 anos, no período da entrevista, se destaca. Moradora da Linha Flor do Oeste no distrito de Iguaporã, contatada através de indicação de outro entrevistado vizinho da proprietária. A entrevistada relata sobre o trabalhador que “emprega” na propriedade. Trata-se de um parente próximo que recebe por mês uma quantia muito inferior a um salário mínimo. Ela justifica pelo fato do trabalhador residir na mesma casa em que seus patrões, em troca de comida e roupa lavada. Sobre isso a prima e patroa deste trabalhador narra sobre a situação:

Jaqueline: E o teu primo que trabalha aqui como que ele ganha?

Alse: Ele ganha assim por mês.

Jaqueline: Por mês?...A senhora podia falar quanto?

Alse: Trezentos reais nós damos pra ele, que ele mora aqui junto, ele come, ele dorme né, ele vai quando vai, volta quando volta, assim ele não tem compromisso fixo, sai sábado de tarde volta a noite, domingo de tarde também.

---

<sup>6</sup> DEPINÉ, David Hermes. Entrevista concedida em 21 de junho de 2010. Realizada por Flaviane Mônica Christ nas dependências do sindicato, Rua Vânio Ghellere, em São Miguel do Iguazu/PR.

Jaqueline: Mas ele não tem carteira assinada?

Alse: Não nada dessas coisa.<sup>7</sup>

Quando a entrevistada narra que “trezentos reais nós damos pra ele” parece que a proprietária interpreta que este dinheiro é uma espécie de favor e não um direito do trabalhador. E também quando ela afirma que “ele vai quando vai, volta quando volta”, que sai nos sábados e domingos, como se isso não fosse mais do que o seu direito ter folgas ou sair da propriedade depois de ter cumprido com seu trabalho.

Nas entrevistas se percebe que alguns acontecimentos são obscurecidos pelos entrevistados. A lembrança de tais acontecimentos pode ser algo ruim para quem está recordando. Outro motivo de não querer recordar determinado fato e muito menos falar sobre ele pode significar também o medo de represálias. Omitir ou mesmo mentir sobre algo pode ser uma forma de evitar conflitos com o patrão. Na entrevista do trabalhador Guido Limberger, quarenta e nove anos, reside e trabalha na propriedade do Senhor Silvestre Cottica, na Linha São João no distrito de Margarida, Marechal Cândido Rondon. O contato inicial com o trabalhador foi por meio da indicação do técnico agropecuário da Frimesa. Ele relata o motivo para depois de cerca de vinte anos de trabalho no mesmo local decidir pedir demissão:

Jaqueline: Mas daí vocês saíram, ano passado vocês saíram?

Guido: Saímos em julho e voltamos em novembro.

Jaqueline: Mas por que daí?

Guido: Ah! Eu tava enjoado, vinte ano a mesma coisa, a mesma coisa daí, mas eu saí já com dia marcado pra voltar, pra dá assim uma esfriada na cabeça, por que, bom o teu pai trabalha com vaca sabe o como que é estressante, daí eles não queria que eu issê, eles queria que eu tirasse uns dois, três mês de férias, mas eu quis sair, quis sair com mudança e tudo, mas daí quatro mês a gente já voltou de novo, mesmo lugar, mesmo serviço, mesma casa, tudo, mas tá melhor agora, a gente renovo, a gente deu uma renovada, ficô melhor.<sup>8</sup>

O trabalhador parece não querer explicar com exatidão o que os motivos de sair do local em que trabalhava há vinte e um anos, uma vez que poderia tirar férias se o motivo fosse

<sup>7</sup> MILKE, Alse. Entrevista concedida em 21 de dezembro de 2009. Realizada por Jaqueline Michele Cunico nas dependências da residência da entrevistada na Linha Flor do Oeste, distrito de Iguaporã, Marechal Cândido Rondon – PR.

<sup>8</sup> LIMBERGER, Guido. Entrevista concedida em 12 de março de 2010. Realizada por Jaqueline Michele Cunico, nas dependências de sua casa na Linha São João, distrito de Margarida, Marechal Cândido Rondon – PR.

apenas o “stress”, mas preferiu sair de tal local e ir trabalhar em outro. Em outro momento da narrativa o trabalhador relata melhor sobre as causas que fizeram mudar de emprego. Quando o questiono sobre a ordenha na propriedade que era feita três vezes ao dia:

Jaqueline: O Rodrigo falô que vocês tiravam (leite) assim três vezes ao dia?  
 Guido: Até, até por causa disso foi o que mais me cansou, sabe, por isso mais quis ir embora por causa disso, que eu não aguentava mais, era humanamente impossível, e também era só os dois (Guido e a esposa). Primeiro nós tirava as sete da manhã, mas daí sempre vinha cedo antes, uma e meia da tarde e nove meia, nove hora da noite, mas daí isso até onze hora da noite, aguentei assim acho que uns seis, sete ano nós fizemos neste sistema.<sup>9</sup>

O entrevistado afirma que era “humanamente impossível” ordenhar as vacas três vezes ao dia e que foi esse um fator relevante que o fez desistir de trabalhar nesta propriedade. A carga de trabalho era tanta que chegou a um ponto em que o trabalhador não aguentou mais. De todas as entrevistas realizadas apenas dois entrevistados relataram ter realizado a ordenha nesse sistema de ordenhar as vacas três vezes ao dia. Além do trabalhador Guido, o senhor Danilo Dunke, cinquenta e um anos, possui uma propriedade de cerca de 5,5 alqueires de terra na Linha Flor do Oeste, no distrito de Iguaporã. O senhor Danilo foi indicado pelo técnico agropecuário da Frimesa, como sendo um dos maiores “produtores de leite” da região. O senhor Danilo relatou já ter implantado durante algum tempo o sistema da ordenha três vezes ao dia em sua propriedade:

Jaqueline: E assim, e o senhor acha que ficô mais fácil agora então pra tirar o leite?  
 Danilo: Ficô, ê, agora ficô bem mais fácil e depois disso agora então esse, nós começemos a tira três vez leite ao dia, né? Que nem eu já tava comentando, então é muito, pra nós foi muito valioso isso ali, tá loco! Aí nós tirava cento e oitenta a duzentos litro a mais por dia com a mesma quantia de vaca, né? Ordenhando três vez ao dia, a alimentação era um pouquinho a mais, mais não muito que eles comia a mais também, né?<sup>10</sup>

A fala do senhor Danilo contrasta com a de senhor Guido. Em sua narrativa Danilo apenas relata sobre os benefícios que a ordenha feita três vezes ao dia proporcionava

<sup>9</sup> Idem, ibidem.

<sup>10</sup> DUNKE, Danilo. Entrevista concedida em 02 de dezembro de 2009. Realizada por Jaqueline Michele Cunico nas dependências da residência do entrevistado na Linha Flor do Oeste, distrito de Iguaporã, Marechal Cândido Rondon – PR.

financeiramente. Porém, ao analisarmos sua fala, este sistema foi executado apenas por certo período, o que nos leva a entender que apesar de gerar mais lucros ao proprietário o trabalho era desgastante para sua família, sendo que não existem trabalhadores em sua propriedade. Já no caso do senhor Guido são apenas os trabalhadores que exercem a ordenha, os patrões não auxiliam. Então, para um proprietário que terá apenas as vantagens do lucro e não o desgaste físico de sua família este sistema é muito mais vantajoso.

Partindo desta análise podemos compreender que tirar leite três vezes ao dia poderá se tornar realidade em outras propriedades se esse processo se mostrar rentável, como acontece. Principalmente, nos casos onde são trabalhadores que realizam a ordenha. Porém, os trabalhadores não estão amorfos neste processo. O caso do senhor Guido é um exemplo, a sua alternativa diante do desgaste físico deste sistema foi demitir-se e buscar trabalho em outro local. Quando retornou a ordenha passou a ser feita duas vezes ao dia, o que se entende como norma estabelecida pelo trabalhador para voltar a este local de trabalho. Isto demonstra as formas de resistência destes trabalhadores diante a sua exploração pela classe patronal. Também demonstra que os proprietários dependem significativamente dos trabalhadores. Sendo que não existe um número significativo de trabalhadores que entendam da lida com os animais “disponíveis no mercado”, diferente da fábrica onde o operário é facilmente substituído por outro. A partir das entrevistas e de minha experiência pessoal considero que os trabalhadores têm consciência dessa realidade e usam disso como forma de conseguir melhorias nas condições de trabalho.

Na propriedade onde o senhor Guido trabalha a ordenha era feita às 7 horas, às 13 horas e 30 minutos e às 21 horas da noite. Isso quer dizer que ele e sua esposa passavam praticamente todo o dia em função da ordenha e alimentação dos animais. O único período que não estavam trabalhando era o momento em que estavam dormindo. Este sistema foi realizado durante sete anos pelo casal de trabalhadores. Pode-se imaginar o quanto é desgastante física e psicologicamente para o trabalhador. Na grande maioria dos casos, os trabalhadores do leite não ganham folgas, nem recebem pagamento por elas. Para estes trabalhadores não existem finais de semana ou feriados, todos os dias o trabalho é o mesmo, o que torna esta tarefa extremamente desgastante. Quando questiono o trabalhador sobre as suas folgas ele responde que:

Guido: Tem a hora que a gente quer, só que daí a gente, no caso eu tenho que arcar com o serviço.

Jaqueline: Como!?

Guido: Eu tenho que pagar, não é bem terceirizado, mas é quase, então se eu quero tirar folga todo dia, posso tirar desde que eu pague alguém pra... [trabalhar].<sup>11</sup>

Quando questiono sobre a “folga” ele afirma que pode tirar o dia de descanso quando quiser, desde que pague alguém para substituí-lo. Segundo o trabalhador é uma espécie de “terceirização”, o que não acontece sendo que é ele próprio que assume o custo do trabalho de terceiros. Para o trabalhador isso é visto como algo normal, como um privilégio oferecido pelo patrão ainda que ele mesmo tenha que arcar com os custos. Embora seja um direito legal de todo trabalhador ter horas semanais de folga ou o pagamento referente destas. Agora quando questiono o Senhor Guido sobre a relação com o patrão ele narra que:

Guido: Ótima, nada de.

Jaqueline: Não tem nenhuma reclamação então?

Guido: Não, não, acho que nem ele de nós, nem nós dele, se damos muito bem e sempre se entende, quando dá os problema de serviço, sempre dá né? Todo dia quase, a gente sempre, sempre se entendeu. Nunca tivemos maiores problemas.<sup>12</sup>

Muitos fatores devem ser levados em consideração ao se analisar a narrativa do entrevistado. O que o leva a interpretar que não existem problemas entre ele e o seu patrão? Sendo a relação entre ambos “tão harmoniosa” o problema do desgaste pela ordenha realizada três vezes ao dia poderia ter sido resolvido.

Uma questão relevante e influente parece ser a “gratidão” que o trabalhador sente pelo patrão. O orgulho que possui por ter um posto privilegiado em relação aos demais trabalhadores da propriedade. Segundo o entrevistado a relação que existe entre ambos é como uma relação familiar:

Guido: [...] Já vinte e poucos anos aqui, a gente se dá que nem uma família, nunca mais eu vou achar um patrão assim, é que nem uma família, ele tem só uma filha, ela é minha afiliada, a minha filha é afiliada dele, a gente se dá

---

<sup>11</sup> LIMBERGER, Guido. Entrevista concedida em 12 de março de 2010. Realizada por Jaqueline Michele Cunico, nas dependências de sua casa na Linha São João, distrito de Margarida, Marechal Cândido Rondon – PR.

<sup>12</sup> Idem, Ibidem.

que nem uma família. Os filho dele tudo quando a gente chegou aqui a gente até pegava no colo, era pequenininho [...]¹³.

Como entender essas relações paternalistas? Esta é uma questão que aparece na narrativa do trabalhador, mas que neste momento não consigo compreender. Demanda uma pesquisa mais elaborada sobre esta questão. Podem ser utilizadas como políticas de controle pela classe patronal? Mas também são utilizadas pelos trabalhadores para ampliar sua força de manobra e também para resistir a “racionalização capitalista”?

Durante a entrevista o trabalhador demonstra todo o seu orgulho com tudo que conseguiu durante o tempo em que trabalharam nesta determinada propriedade, fazendo uma comparação com o que possuía anteriormente:

Guido: Não sei se o posso falar dos meus bens que eu já consegui?

Jaqueline: Pode, pode falar. Fica a vontade.

Guido: É eu já consegui duas casas na cidade, uma é nova, nova agora uns três anos, um carro novo também, vim aqui sem nada, sabe o que é nada?¹⁴

Para o trabalhador tudo o que ele conseguiu financeiramente foi graças ao seu trabalho, ao seu patrão, como se ele tivesse uma dívida. O “status” deste trabalhador entre os demais trabalhadores, ou por se sentir fazendo parte da família de seu patrão é exaltado durante a entrevista. Existem aqui relações paternalistas entre o senhor Guido e sua esposa com os patrões.

Semelhante ao caso do senhor Guido, o casal Marlete e José Gittler vêm de forma idílica a relação de um antigo patrão e local de trabalho. Porém, alguns acontecimentos parecem estar obscurecidos em suas falas, como o motivo pelo qual saíram deste local de trabalho. Segundo o casal o único motivo que os fizeram parar de trabalhar para esta família foi por que a propriedade em que moravam e trabalhavam foi vendida:

Jaqueline: Ai depois, quantos anos vocês ficaram ali mesmo?

José: Dezesete anos e meio trabalhamos ali. Mas saímos porque venderam a propriedade se não ia continua lá ainda.¹⁵

¹³ Idem, Ibidem.

¹⁴ Idem, Ibidem.

¹⁵ GITTLER, Marlete. GITTLER, José. Entrevista concedida em 13 de maio de 2010. Realizada por Jaqueline Michele Cunico nas dependências da residência do casal na Linha Oriental, Pato Bragado – PR.

Segundo o trabalhador, caso a propriedade não tivesse sido vendida eles continuariam trabalhando naquele local. A relação do trabalhador com o patrão é idealizada, mas o porquê dessa imagem? Muitas questões podem levar os entrevistados a significarem este momento. Talvez não apenas a relação com o patrão, mas também a forma como o trabalho era organizado naquele período. Os entrevistados possam não ter significado positivamente o processo de reorganização do trabalho que acontece no campo nas últimas décadas e assim rememoram o passado e esse antigo local de trabalho. “A primeira coisa que torna a história oral diferente, portanto, é aquela que nos conta menos sobre eventos que sobre significados” (PORTELLI, 1997, p. 31).

Os entrevistados falam como se fosse um motivo de orgulho emprestar uma determinada quantia de dinheiro para a família do patrão quando este faleceu. Os empregados da família foram demitidos por conta do falecimento do patrão. O dinheiro recebido do “acerto” foi emprestado a família. Eles ressaltam que o dinheiro foi devolvido algum tempo depois, com juros. Com este fato o casal tenta destacar a boa relação com a família do patrão:

José: E se eles, eles tivessem um outro lugar sobrando pra nós, eles tinha arrumado, não tinha como, lá eles tinham que fazê o inventário gastaram, feno não tava vendendo, e quando nós fizemos o acerto foi em março acho que fizemos acerto por causa do inventário, nós tivemos que emprestá o dinheiro pra o “Picão” (Filho do patrão falecido), eu, o Ari e o Hard (trabalhadores), tinha que pegá o dinheiro do acerto tinha que devolve pra ele emprestado pra eles podê se mantê, depois começaram a vender feno e começou a melhor um pouco eles devolveram o dinheiro de novo pra nós, eu ganhei tudo, certinho com juros ainda devolvido, ele pago o juro da poupança, não deu muito, sei que deu um pouquinho.<sup>16</sup>

O trabalhador afirma “nós tivemos que empresta o dinheiro pra o “Picão”. Em sua narrativa compreendo que o ato de emprestar o dinheiro para o patrão não foi voluntário. Após a morte do patrão eles continuaram no local cerca de dois anos, até o momento em que a propriedade foi vendida pela família. Algum tempo depois o casal começou novamente a trabalhar para esta família, mas em outra propriedade. Eles destacam que o motivo que fez com que fossem demitidos do trabalho foi a morte do seu patrão e a venda da propriedade, e que assim que esta mesma família possuía uma vaga de trabalho disponível em outra propriedade eles foram chamados para trabalhar novamente:

---

<sup>16</sup> Idem, Ibidem.

Marlete: Depois quando o “Picão” (Filho do patrão falecido) precisô de nós ele ligou atrás.

José: É a hora que deu uma vaga ele já procurou de novo pra dá o serviço primeiro pra nós, e [...] <sup>17</sup>.

Para continuar no emprego por mais algum tempo o casal passou a ganhar menos do que anteriormente. Mas isso não é rememorado como algo ruim pelo casal, eles usam este fato para ressaltar ainda mais a boa relação que, segundo eles, tinham com os patrões. Ressaltar o quão generosos eram estas pessoas com seus empregados:

José: Eu falei eu preferi trabalha pra eles por menos, do que ter mandado embora, por que se nós ia reclama não, se nós ganha menos nós não vamos mais trabalha, daí nós tinha que saí, e assim fiquemos ainda uns dois ano, ou mais lá, até que eles conseguiram vendê, daí eles não tinha outro emprego pra nós na época né? Nós tinha que saí. <sup>18</sup>

Neste outro local em que trabalhavam para esta mesma família o casal não permaneceu muito tempo, aproximadamente nove meses. Isso por que eles foram demitidos pelos patrões, por conflitos que aconteciam entre o casal e outra trabalhadora que morava na mesma propriedade. Então para isso eles colocam que a culpa foi desta pessoa, não dos patrões. Os acontecimentos estão obscurecidos pelos entrevistados, as suas lembranças rememoram apenas a boa relação com esta família, em nenhum momento falam sobre algum conflito.

Para além das relações trabalhador/proprietário na cadeia produtiva do leite no meio rural, outra relação conflituosa que se estabelece é entre proprietário/ “cooperativa”. A partir disso aponto para um questionamento: trabalhadores e proprietários fazem parte de uma mesma classe? Em muitos casos os proprietários utilizam apenas do trabalho familiar na produção do leite. Não estabelecem nenhuma relação empregatícia, ou seja, é o proprietário e sua família que exerce todo o trabalho na propriedade. Então, o que os diferencia do trabalhador? Perante esta questão cabe aqui fazer um breve diálogo sobre a noção de classe, a classe dos trabalhadores rurais. Utilizando as palavras de E. P. Thompson (1987, p. 10), o processo histórico de “formação da classe” “acontece quando alguns homens, como resultado

---

<sup>17</sup> Idem, Ibidem.

<sup>18</sup> Idem, Ibidem.

de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem dos seus”. A partir disso, poderia diferenciar pequenos proprietários de trabalhadores rurais. Apesar de ambos trabalharem no campo os seus interesses são conflitantes. Baseada em algumas das entrevistas que realizei com trabalhadores foi possível perceber que os conflitos são essencialmente com a classe patronal, enquanto para estes a “desavença” existe tanto com os trabalhadores como com a empresa para qual é fornecido o leite. Concluindo, não existe uma relação de identidade de interesses comuns entre os trabalhadores e proprietários, mesmo que sejam pequenos proprietários. Então, se entende por classe não uma categoria ou estrutura, como algo estático, um modelo. A classe se trata de um fenômeno histórico que pode ser demonstrado nas relações sociais entre os homens. (THOMPSON, 1987).

Os “produtores de leite”, termo construído hegemonicamente para denominar os proprietários de terra que “produzem leite” em suas propriedades são na maioria pequenos proprietários. E uma minoria de médios proprietários. Porém, esses pequenos proprietários podem ser considerados de médio a grandes “produtores” de leite. Neste aspecto o pequeno proprietário Danilo Dunke se destaca:

Jaqueline: Então, qual que é o tamanho da propriedade aqui?

Danilo: É cinco hectare, cinco alqueires e meio né?

Jaqueline: E quantas vacas vocês tem?

Danilo: Hoje nós temo cinquenta e três vacas, no total de vacas né? Mas produzindo leite tem quarenta e duas, mas no total do rebanho com novilhas e tudo nós temos oitenta e uma cabeça...

Jaqueline: E quanto leite vocês produzem em média?

Danilo: Em média agora nós temo produzindo em média uns novecentos litros, mas nós chegüemo a produzi já mil cento e oitenta litros, né?

Jaqueline: O senhor podia me falar assim a média, mais ou menos, quantos vocês ganham por mês?

Danilo: Olha, que nem o último mês, então, que nem eu falei, a gente caiu bastante na produção de leite, né? Mas nós tiremo quinze mil e poucos reais, né? Então tem mês que eu já ganhei, mês de julho desse ano de 2009, já cheguei a ganhar vinte e sete mil, né? Vinte e sete, vinte e oito mil, né? Em setembro eu também ganhei porque o preço tava bem mais alto e nós tinha bastante leite eu cheguei à tira trinta e seis mil litro de leite num mês, então o preço tudo aumenta, mas em média que nem vai fechá o ano, de repente, na

faixa de dezesseis mil mês que tu ganha, né? Mas pode conta que metade pra nós é o lucro, né?<sup>19</sup>

O entrevistado é proprietário de 5,5 alqueires de terra, uma pequena propriedade, porém é um dos maiores “produtores” de leite da empresa-cooperativa Frimesa. Não se tratam nem de perto de grandes proprietários de terra. São pequenos proprietários que utilizam de “novas tecnologias”, de novas formas de manejo para conseguir aumentar a produção de leite.

A pequena propriedade da terra é uma contradição dentro das relações capitalistas de produção. Ela se torna um obstáculo à expansão destas relações, porém é superada pelo capitalismo por meio da renda capitalista da terra (MARTINS, 1995). No caso da produção de leite, por exemplo, o capital se apropria da renda da terra sem expropriar o pequeno proprietário. Ele continua sendo dono de sua propriedade, mas totalmente sujeito ao capital por meio da dependência de empréstimos bancários, da sujeição ao mercado comprador de sua produção.

O direito da propriedade da terra serve tanto para a agricultura familiar quanto para o capitalista. Esse direito é utilizado pelos trabalhadores que utilizam para judicialmente resistir as tentativas de expropriação. O mesmo direito que é utilizado pelos capitalistas para expropriar o pequeno agricultor.

Segundo José de Souza Martins (1995), o pequeno agricultor que continua sendo proprietário da terra e dos meios de produção não está sendo sujeito ao capital nem real ou formalmente. Neste caso se trata da sujeição da renda da terra ao capital. O capital se apropria da renda da terra. Na produção de alimentos, como no caso do leite, o capital não se torna proprietário da terra, mas cria as condições para extrair a renda capitalista. O capital torna o “agricultor” dependente do crédito bancário. Ele depende dos empréstimos para garantir a sua produção. Ele entrega aos bancos os juros dos empréstimos que faz, mantendo a terra e os seus instrumentos. Assim, o capitalista extraiu a renda da terra sem ser seu proprietário. Isso acontece sem que qualquer alteração na condição de proprietário do agricultor. O agricultor continua sendo dono da terra e dos meios de produção, mas não conseguiria manter sua produção sem o crédito bancário (MARTINS, 1995).

---

<sup>19</sup> DUNKE, Danilo. Entrevista concedida em 02 de dezembro de 2009. Realizada por Jaqueline Michele Cunico nas dependências da residência do entrevistado na Linha Flor do Oeste, distrito de Iguaporã. Marechal Cândido Rondon – PR.

A maioria dos “produtores” entrevistados informou que para adequação da propriedade às exigências da nova organização de produção leiteira pela falta de recursos próprios utilizaram empréstimos bancários. A reorganização da produção leiteira é mobilizada pela Frimesa. As instalações da ordenha (ordenha canalizada, sala de ordenha com cerâmicas nas laterais e no fosso, sala de espera, galpão para alimentação) geram grandes despesas para aos pequenos proprietários. O senhor Danilo narra o processo de adequação de sua propriedade aos moldes da empresa:

Jaqueline: Assim, e pra construir a sala de ordenha vocês construíram com... Vocês que custearam ou tiveram alguma ajuda?

Danilo: É uma parte nós tinha ajuda e nas parte de planta e essas coisa tinha o Carmo que é da Copagril né? Através Frimesa, dava a orientação de como tinha que ser feito, né? Mas maioria foi recurso próprio da gente, que a gente tinha um financiamento, mas não gosto de pega muito dinheiro porque sabe que tem que devolve isso, então a gente fez assim como a gente podia fazê, mas não foi feito tudo numa vez né? Foi feito em várias épocas né? Mas só em 2005 que o mais forte que nós peguemos, nós gastemos bastante eu gastei em torno de setenta mil pra arruma os canzil (Local de alimentação onde as vacas ficam presas através do pescoço), recupera um piso que a gente tinha e tem mais um barracão de 180 metros ali, hoje nós temo três barracão grande né? Onde é que o gado se alimenta de baixo pode chove pode fazê sol, nós temos ventilador né? Só tudo em cima disso tu tem custo né? Mas tem qualidade boa de leite né? Não dá pra se queixa nessa parte.<sup>20</sup>

O entrevistado narra que apesar de não “gostar” de fazer empréstimos nos bancos teve que fazê-lo para reformas na estrutura da propriedade. Segundo ele o valor mais alto de empréstimo que ele fez foi de R\$70.000,00. Outro aspecto relevante da fala é a orientação de um profissional contratado da Frimesa para direcionar as obras na estrutura dos locais de ordenha e alimentação dos animais. Ou seja, a reorganização da propriedade e da produção é definida pela empresa, sendo o “produtor” quem arca com as despesas.

Diante da narrativa do senhor Danilo, compreendo este proprietário como capitalista pela lógica da organização da produção e do trabalho empreendida em sua propriedade. O valor que circula em sua propriedade em torno da produção de leite é significativo, havendo grandes investimentos para que o lucro seja auferido.

O senhor Danilo aponta que diante da estrutura para a ordenha e apesar dos custos com as modificações em sua propriedade o leite adquiriu maior “qualidade”, ampliando seus

---

<sup>20</sup>

Idem, Ibidem.

ganhos. A “qualidade do leite” é uma questão muito exaltada pelas empresas da cadeia produtiva do leite, como é o caso da Frimesa. Isso tanto através dos aparelhos midiáticos hegemônicos da região, manipulados pela burguesia, e também com as constantes visitas dos técnicos responsáveis para resolver os problemas, entre outros, relacionados com “qualidade” do leite nas propriedades.

Então, para se ter uma maior “qualidade” é ressaltado a necessidade de boas estruturas para a alimentação e principalmente o local onde as vacas são ordenhadas, as chamadas salas de ordenha. Entre os mais comuns estão a instalação da chamada “ordenha canalizada”. Esta conduz o leite diretamente para um tanque onde o leite é resfriado sem a necessidade de que os trabalhadores tenham contato direto com o leite. E a construção de salas de ordenha com cerâmicas nas laterais e no fosso, local onde os trabalhadores permanecem para fazer a ordenha das vacas. Sobre a ordenhadeira mecânica canalizada o senhor Altair Cunico, explica o seu funcionamento:

Vagner: O senhor fala que é mecanizado, mas explica pra mim como é que funciona isso aí senhor Altair?

Altair: Ah, isso é com ordenha, ela é tocada com motor elétrico.

Vagner: Motor elétrico?

Altair: É uma bomba a vácuo, essa bomba transforma, ela forma ar, e através do ar que da pressão, e daí isso passa pelos cano, vai nas teteiras e daí você coloca nas vaca, com o ar que forma puxa o leite da vaca né?

Vagner: E daí esse leite vai pra onde?

Altair: Esse leite vai pra o depósito, que tem um tambor, um tubo né? E ele é automático, a hora que chega no, com bóia né? O leite vai entrando vai subindo a hora que chega ali ele liga automaticamente e vai pra o resfriador, esse aqui na faixa de cinquenta e cinco litro dentro, desse depósito, então quando chegou aquela quantia ali de trinta e cinco, quarenta litro, ele vai liga, daí ele transfere pra o resfriador.

Vagner: Mas o resfriador é bem maior?

Altair: É o resfriador vai mil e seiscentos litro dentro, então não, e vai enchendo e vai ligando por que é automático, trabalha através de uma bóia, e sobe e liga, e vai transferi o leite lá, a hora que esvaziou ele desliga por si e ali direto vem das vaca vai pra aquele tubo, e todas, que nem aqui nós temos quatro conjunto de teteira, então quatro vaca por vez.<sup>21</sup>

Justamente pelo trabalhador não ter contato direto com o leite que a ordenha canalizada é considerada mais higiênica. Também a questão das cerâmicas na sala de ordenha

---

<sup>21</sup> CUNICO, Altair. Entrevista concedida em 22 de abril de 2011. Realizada por Vagner José Moreira nas dependências da residência do entrevistado no Prolongamento da Avenida Willy Barth, Pato Bragado – PR.

que transparece uma imagem da maior higiene, embora as cerâmicas não sejam tão relevantes nas imposições para a qualidade.

Na propriedade na qual o entrevistado trabalha o sistema de ordenha é conhecida como canalizado. Primeiro as vacas são presas em uma “sala de espera”, antes de entrarem na sala de ordenha para serem ordenhadas. O trabalhador permanece em um fosso para realizar a ordenha, que fica em uma parte mais baixa no centro da sala de ordenhar, aproximadamente 1 metro e 20 centímetros abaixo. Nas laterais e em partes superiores os animais são posicionados diagonalmente, o número de vacas depende do tamanho do local. Normalmente são quatro de cada lado. Este modelo de sala de ordenha é denominado de “espinha de peixe” ou “tandem”. Existe também outro modelo de sala de ordenha bilateral denominado de “fila indiana”, no qual os animais ficam posicionados um em frente ao outro. Também existe um modelo unilateral, no qual os animais ficam em apenas uma das laterais. No modelo bilateral primeiro são ordenhados os animais de um lado em seguida do outro. Existem quatro conjuntos de “teteiras”, nas quais são introduzidos os tetos das vacas para que o leite seja retirado. O número de “teteiras” também pode variar de acordo com o modelo da sala de ordenha. Depois da ordenha os animais seguem para um cercado separado no qual permanecem até o final da ordenha de todos os animais. Quando todas as vacas são ordenhadas elas são conduzidas para um barracão aonde são alimentadas. Na fala seguinte o senhor Altair relata sua rotina no trabalho com a produção de leite:

Vagner: Por exemplo num dia como hoje o senhor começou que hora?

Altair: Eu começo quinze pra seis da manhã.

Vagner: Quinze pra seis, aí tira o leite e faz o quê?

Altair: Primeiro a gente vai ordenha as vaca e daí depois daquilo começa a arruma o trato, prende as vaca trata elas, depois disso larga no piquete que vai pra grama e aí a gente faz o resto do serviço que tem na propriedade, e até as quatro hora da tarde, as quatro hora é hora de ordenha de novo.

Vagner: Ordenha duas vezes por dia?

Altair: Duas vez por dia.

Vagner: O senhor fala em ordenha, o que é ordenha as vacas?

Altair: Tira o leite né?<sup>22</sup>

Segundo o trabalhador o seu dia de trabalho está em função da ordenha e alimentação das vacas, e todas as demais atividades que isso acarreta. Em sua fala aparece o termo

---

<sup>22</sup>

Idem, Ibidem.

“piquete”. O sistema de piquetes se trata da alternância do cercamento de espaços com pastagem onde os animais permanecem após por determinado período. Isso devido também ao número reduzido de terras disponíveis a pastagem nas propriedades. Outro termo utilizado é o da própria “ordenha”, o tirar o leite da vaca. A partir disso subentendesse as transformações que ocorrem nas relações de trabalho dos trabalhadores do campo quando novas técnicas de produzir vão sendo disseminadas. O processo de “tirar o leite” ao ser modificado e mecanizado se transforma em “ordenhar”. O sentido atribuído a essa tarefa pelo trabalhador também é modificada o que acontece através de todo um processo de implantação de uma nova forma de produzir.

A higiene é uma das questões colocadas pela empresa Frimesa, não como uma exigência para a produção do leite, por meio de métodos coercitivos; por exemplo, o preço do litro do leite é alterado de acordo com a sua “qualidade”, que é medida pela empresa. De acordo com o senhor Danilo, “[...] A gente tem que se enquadra nessa, nessa qualidade por causa produzi leite de qualidade, quanto melhor o leite melhor é o preço que tu ganha né? Hoje tu ganha pela qualidade do leite né? [...]”<sup>23</sup>.

O fator higiene é algo que aparece apenas nos últimos anos com tanta importância. O que, alias, supostamente, não garante que o leite que chega a mesa do “consumidor” seja de qualidade, uma vez que não é o leite *in natura* – no processo de industrialização do leite são adicionados diversos componentes químicos, tais como, os conservantes. É uma das características que se modifica a partir da introdução de novas tecnologias da produção no campo. Com isso conseqüentemente aumenta a jornada de trabalho dos trabalhadores, que precisam seguir todo um sistema de limpeza desses locais. Há poucos anos atrás a higiene era um fator com pouca ou nenhuma relevância:

Jaqueline: E assim naquela época que era manual tinha alguma norma também ou não?

Danilo: Não, não. Aquela época não existia, né? Aquela época você tirava o leite e levava lá e era um leite quase duas três hora no taro ali, já não era mais um leite frio porque você só tinha a geladeira os primeiros ano, né? Depois já foi o congelador, né? Você levava até um leite congelado pra ficar umas duas horas pra não chega a esquentar, né? Mas agora, agora tu tem que

<sup>23</sup> DUNKE, Danilo. Entrevista concedida em 02 de dezembro de 2009. Realizada por Jaqueline Michele Cunico nas dependências da residência do entrevistado na Linha Flor do Oeste, distrito de Iguaporã, Marechal Cândido Rondon – PR.

tá dentro dos limites certo, se não! Mas aquela vez era bem mais pra produzi leite sem qualidade, né? Hoje sim, hoje tu tem que tê qualidade.<sup>24</sup>

O entrevistado relata sobre o período em que a ordenha era feita manualmente, em que o leite era retirado apenas com o trabalho braçal e resfriado na maioria dos casos em geladeiras. Em seguida o leite era levado em baldes até em pequenas “casinhas” que ficavam na beira das estradas aonde era recolhido pelos “leiteiros”. Comparando com os parâmetros de higiene que se tem atualmente em relação ao leite na região, provavelmente esse leite não seria aceito por nenhuma empresa.

Danilo interpreta que “agora tu tem que tá dentro dos limites certo, se não!”, pode-se concluir que existe certa pressão sobre os “produtores” para que produzam leite com “qualidade”. Mesmo o entrevistado tendo exaltado a Frimesa, em muitos trechos de sua narrativa percebe-se a influência sobre a forma como estes trabalhadores devem organizar e realizar seu trabalho. Segundo Danilo, “Tem isso, tem muito nessa parte de tu tá trabalhando bem certinho né? Do jeito que eles pedem. O técnico vem ali tu tem que fazê assim do jeito que eles mandam também, né? Então não pode fugi da regra deles, né?”<sup>25</sup>.

O entrevistado narra que “Tem isso tem muito nessa parte de tu tá trabalhando bem certinho”, interpreta que a maneira correta para realização de tal trabalho é a que a empresa impõe, classificando determinadas práticas que eram e continuam a ser exercidas por alguns trabalhadores como incorretas.

A quantidade da produção também é um fator relevante quando se trata do preço do leite, ainda mais do que a qualidade. A instalação de ordenha mecânica canalizada é incentivada também para que seja possível o aumento da produção. O senhor Altair narra a partir de sua experiência sobre a dificuldade de ordenhar um grande número de vacas manualmente:

Vagner: Tira o leite, quer dizer manual ou como é que é?

Altair: Não é mecânico.

Vagner: Como é que é mecânico?

Altair: É ordenhadeira mecânica, né? Que você as teteira você coloca nos teto da vaca e ela vai se ordenhando sozinha sem você, tudo através de vácuo né?

Vagner: Não entendi?

---

<sup>24</sup> Idem ,Ibidem.

<sup>25</sup> Idem, Ibidem.

Altair: É tirado o leite através de vácuo, com ar, a bomba forma o ar e através do ar forma pressão e você coloca nas teta da vaca e ela tira o leite, onde não tem ordenhadeira você tira manual, isso é onde tem poucas vaca né? Agora onde tem bastante vaca não tem como você ordenha as vaca diferente.

Vagner Por que não tem?

Altair: Como é que você vai tirá quinhentos, seiscentos litro de leite manual!

Vagner: É muita coisa?

Altair: É muita coisa!

Vagner: Dá muito trabalho?

Altair: Deus o livre! O cara vai trabalha o dia inteiro só ordenhando vaca, então não tem.<sup>26</sup>

Segundo o trabalhador numa propriedade onde são ordenhados 500 a 600 litros por dia, com é o caso do local onde trabalha, é impossível que a ordenha seja feita de forma manual, em que seria necessário um dia todo para isso. Ressalta o grande trabalho que gera a ordenha manual em um número grande de vacas. Nesta narrativa outra vez volto a questão da subjetividade da história oral. Quando o senhor Altair fala da ordenha manual ele significa esse processo a partir de sua experiência presente (PORTELLI, 1996), momento em que a ordenha é mecânica. Comparativamente, ele adjetiva a ordenha manual como muito “trabalhosa”, mas esse trabalho já foi exercido por ele e por outros trabalhadores. O fato da ordenha manual hoje ser adjetivada negativamente faz parte da construção hegemônica de um processo histórico através dos aparelhos midiáticos, e também da constante intervenção das “cooperativas” nas propriedades através dos técnicos responsáveis pelo leite. A utilização de novas tecnologias na produção de leite permite que o trabalho antes realizado por muitos trabalhadores seja feito por um ou dois trabalhadores. Muitas vezes este processo é despercebido pelos trabalhadores, mas que deve ser percebido e analisado por nós historiadores.

Quanto maior for a produção de leite do mês, mais alto é o preço pago pela empresa pelo litro do leite. O que se torna algo contraditório no argumento da empresa, a qualidade é tão exaltada, mas na verdade o que realmente se quer é uma maior quantidade. Segundo Danilo, “Conta, quantidade conta muito, eu aumentei pra de novecentos litros pra mil e cem,

---

<sup>26</sup> CUNICO, Altair. Entrevista concedida em 22 de abril de 2011. Realizada por Vagner José Moreira nas dependências da residência do entrevistado no Prolongamento da Avenida Willy Barth, Pato Bragado – PR.

mil e duzentos quase dia eu ganhei até três centavos por litro a mais, só pela quantidade, né?”<sup>27</sup>.

Quando se trata do trabalho no campo pode-se pensar no termo utilizado por Thompson (1998, p. 271) de “ritmos de trabalho naturais”. Ao descrever o processo de introdução do relógio na sociedade industrial capitalista nascente entre os séculos XIV e XVII, como mais uma forma de exploração da mão de obra através da medição do tempo. O trabalhador revezava o seu dia entre horas de trabalho e horas de descanso, possuía autonomia para decidir como e quando trabalhar. Essa maneira de trabalhar vai desaparecendo à medida que a indústria manufatureira vai se “desenvolvendo” e o capitalismo vai impondo sua lógica e organização de trabalho. O tempo se tornou dinheiro e o ócio um grande pecado. Para os pescadores são as marés que condicionam o tempo. Em outro contexto e no tempo presente, para o trabalhador do leite a ordenha das vacas orienta a divisão do seu dia, é uma orientação por tarefas. Porém, analisando a realidade vivida por esses trabalhadores, o ritmo de trabalho, talvez, muito pouco tenha de natural.

A ordenha da vaca duas ou três vezes ao dia tornou-se “natural” ou “necessário”. A condição genética dos animais sofre “melhoramentos” para que isso seja possível, tanto que se a vaca não for ordenhada no mínimo duas vezes ao dia os danos em sua saúde são graves podendo até chegar à morte do animal. Algum tempo atrás não era um “ritmo natural” a separação das vacas em repartições por um determinado período, os chamados “piquetes”, ou a separação dos bezerros, novilhas, vacas, touros em espaços diferentes. O meio rural e as relações de organização do trabalho que o permeiam foram modificadas com o objetivo de aumentar a produção, incluindo os animais.

Muitas tarefas podem ser consideradas naturais, ou ao menos em parte, como a ordenha das vacas é natural, mas não da forma como acontece atualmente com todo um sistema de alimentação, divisão e ordenha. Todas estas tarefas que envolvem a ordenha são colocadas com o objetivo de aumentar a produção o que modifica inclusive a maneira de dividir e perceber o tempo. Sendo que todo esse sistema para a alimentação e ordenha das vacas exige dos trabalhadores grande parte do seu dia.

---

<sup>27</sup> DUNKE, Danilo. Entrevista concedida em 02 de dezembro de 2009. Realizada por Jaqueline Michele Cunico nas dependências da residência do entrevistado na Linha Flor do Oeste, distrito de Iguaporã, Marechal Cândido Rondon – PR.

Na fala da grande maioria dos trabalhadores a produção industrializada do leite é percebida como algo positivo. Diferente da maioria para a pequena proprietária Alse Milke a percepção é diferente:

Jaqueline: Então doze anos né? Assim com ordenha né? E doze anos atrás era manual então?

Alse: Manual, daí tinha pouca vaca...

Jaqueline: E como que era?

Alse: Era bom também.

Jaqueline: Era bom também?

Alse: Era até menos serviço porque você ia lá e lavava a teta e tirava o leite e tava pronto, soltava a vaca fora, e agora não, tem a ordenha pra lava um monte tudo a estrebaria pra limpa, um monte de vaca pra trata, e antes era pouquinho, né? Levava o trato lá e largava a vaca dentro tirava o leite largava fora e tirava os monte de merda e pronto agora é [...] <sup>28</sup>.

Segundo a entrevistada a ordenha mecânica canalizada trouxe mais “serviço”, sendo que quando a ordenha era feita por um sistema conhecido entre os trabalhadores por “balde ao pé”, o número de vacas ordenhadas era bem menor. Também pela questão da higiene que o novo sistema de ordenha trouxe. É necessário após a ordenha lavar toda a sala de ordenha, que em alguns casos possuem cerâmicas; lavar um número maior de “teteiras”, que antes era apenas uma; entre outros.

Já para outro entrevistado a sua percepção desse processo de industrialização da produção de leite tornou o trabalho mais “fácil”, fazendo uma analogia entre a maneira como a ordenha é feita atualmente e como era feita alguns anos atrás:

Jaqueline: E assim antes dela ser canalizada assim, como que era antes?

Danilo: Era balde ao pé né? Você ordenhava, tirava o leite né? A hora que o taro tava quase cheio você parava de ordenhá ia lá e despejava no resfriador de leite né? E daí começava de novo né? E antes disso então também era na base de tirá leite, na base do braço né? Tirando leite com a mão assim né? Também na faixa de uns cinco seis ano tirando leite assim né? Depois a gente cada vez aumentando a gente tinha que melhora a situação também né? Tirando leite cada vez mais fácil né? <sup>29</sup>

<sup>28</sup> MILKE, Alse. Entrevista concedida em 21 de dezembro de 2009. Realizada por Jaqueline Michele Cunico nas dependências da residência da entrevistada na Linha Flor do Oeste, distrito de Iguaporã, Marechal Cândido Rondon – PR.

<sup>29</sup> DUNKE, Danilo. Entrevista concedida em 02 de dezembro de 2009. Realizada por Jaqueline Michele Cunico nas dependências da residência do entrevistado na Linha Flor do Oeste, distrito de Iguaporã, Marechal Cândido Rondon – PR.

O sistema descrito por Danilo é o “balde ao pé”, também conhecido por muitos trabalhadores como “a taro”. É o tipo mais simples da ordenha mecânica. Os tetos são introduzidos nas “teteiras”. O leite é ordenhado e conduzido até um tambor, normalmente com capacidade para 50 litros, que fica ao lado do trabalhador e é conduzido por um carrinho. Quando esse tambor está cheio o leite é derramado manualmente ou com ajuda de um transferidor automático para o resfriador. Diferente da ordenha canalizada neste sistema é necessário que o trabalhador interrompa a ordenha para despejar o leite no resfriador quando o tambor fica cheio. Também existe contato do trabalhador com o leite, o que é considerado um fator que diminui a qualidade do leite.

Apesar de todas as exigências que são feitas pela empresa me parece que poucos ou nenhum dos proprietários reclama explicitamente sobre isso. O que podemos perceber são narrativas que sem perceber relatam a exploração. Nas entrevistas é preciso ler as entrelinhas, não basta apenas ouvir o que o entrevistado fala com exatidão. A narrativa seguinte demonstra muito bem esta questão:

Jaqueline: Então eu queria que o senhor falasse da relação com a empresa né? Com a Frimesa?

Danilo: Não olha a Frimesa pra mim é um pai né? Da pra dizê Frimesa, Copagril junto né? Então eu já tô vendendo a vinte e seis ano né? Você nunca pode, já tinha muitos concorrente que vieram aqui querê comprá o leite nosso, mas a gente prefere fica na Frimesa, Copagril, porque é uma realidade, né? Em time que se meche você não muda né? Então fica ali né? Chega o final do ano você pode fazê a conta com os concorrente as vez a gente sai ganhando ainda porque as vez tu ganha uns cinco centavo a mais amanhã ou depois tu ganha uns três quatro a menos né? Então na realidade a Frimesa pra nós ela é muito boa.

Jaqueline: Mais assim tem algumas exigências da empresa...?

Danilo: Tem isso tem muito nessa parte de tu tá trabalhando bem certinho né? Do jeito que eles pedem, o técnico vem ali tu tem que fazê assim do jeito que eles mandam também né? Então não pode fugi da regra deles, né?<sup>30</sup>

O entrevistado chega a falar que a empresa Frimesa é como se fosse um pai para ele, mas logo em seguida coloca que o trabalho dentro da sua propriedade deve ser feito do jeito que a empresa exige, que não “pode fugi da regra deles”. Ou seja, tudo está certo desde que se faça o que empresa manda, trata-se de um pai muito severo.

---

<sup>30</sup>

Idem, Ibidem.

A questão do status também influencia nesta relação de proprietários com a Frimesa. Um exemplo disso é a revista da Frimesa que é distribuída entre os associados. Nesta revista existe uma lista com os nomes dos maiores “produtores” da empresa no mês. O que para muitos de certa forma é uma recompensa pelo esforço feito durante todo o mês, elevando o status do “produtor”. A revista é apenas um dos exemplos, diversos meios de comunicação da região são utilizados como forma de propagar a empresa, programas de rádio, reportagens nos jornais, sites, entre outros.

Concluindo este capítulo, as transformações na cadeia produtiva do leite ao longo das últimas décadas são interpretadas na narrativa dos trabalhadores:

Marlete: Ah, em Iguaporã era com, com, com tambor pra tira leite, lá não era canalizada era só com tambor, né? Daí em São Roque era a mão primeiro, daí depois passo a balde, daí depois passo a tambor daí passo pra canalizada.<sup>31</sup>

A senhora Marlete, que junto com seu esposo morou por diversas localidades do meio rural da região sempre trabalhando com a produção de leite, rememora as modificações na forma de ordenhar as vacas relacionando com os lugares onde trabalhou. Esta trabalhadora vivenciou todo o processo de industrialização da produção de leite, do processo de “agregar valor ao leite” e significa isto através da analogia aos antigos locais de trabalho.

Neste sentido, a cadeia produtiva do leite passou por intensas modificações nas últimas duas décadas. Estas modificações estão inseridas em um processo complexo de disseminação de uma forma capitalista de produzir no campo no Oeste do Paraná. A introdução de tecnologias no meio rural, paralelo ao discurso disseminado pelas classes dominantes de “modernizar” o campo. Este processo ocasiona entre outros o aumento da produtividade o que afeta principalmente os trabalhadores rurais com a espoliação do trabalho.

---

<sup>31</sup> GITTNER, Marlete. GITTNER, José. Entrevista concedida em 13 de maio de 2010. Realizada por Jaqueline Michele Cunico nas dependências da residência do casal na Linha Oriental, Pato Bragado – PR.

## **CAPÍTULO II**

### **TRABALHO E TRABALHADORES DO CAMPO NO OESTE PARANAENSE, 1960-2000**

Neste segundo capítulo produzo uma problematização e uma explicação das transformações que ocorrem a partir da década de 1960 no modo de trabalhar e viver no campo. As transformações são significadas nas entrevistas realizadas com trabalhadores que vivenciaram todo o processo histórico, evidenciado na introdução de tecnologias na produção (uso de tratores, colhedoras, pulverizadores, plantadeiras; também a intensificação do uso de inseticidas, pesticidas; transformação da genética de sementes e animais; créditos rurais; entre tantos outros). Processo no qual se insere também a cadeia produtiva do leite e as relações de trabalho que estão envolvidas nela.

De acordo com o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), no Censo Agropecuário realizada no ano de 2006, das 2.423 propriedades agropecuárias existentes no município de Marechal Cândido Rondon, 943 possuem tratores, contabilizando 1.215 no total de tratores nessas propriedades. Isso sem mencionar o número existente dos demais implementos agrícolas no município, como colhedoras, pulverizadores, plantadeiras, entre tantos outros.

Nos últimos anos houve grande intensificação da utilização desses equipamentos. Por meio das narrativas dos trabalhadores é possível identificar, problematizar e explicar os sentidos e significados que os sujeitos que viveram o processo denominado hegemonicamente de “mecanização do campo” constroem para essa experiência vivida no meio rural.

O senhor Altair Cunico, 52 anos, trabalhador rural no município de Pato Bragado, narra sobre a utilização de maquinários agrícolas no período entre a década de 1970 e 1980:

Altair: [...] no começo de setenta e sete até oitenta e dois eu trabalhei pra dois irmão, que eram junto que tinha sociedade, mas também com trator e ceifa, na época era pouca máquina, em Pato Bragado tinha duas ou três máquinas, então quando colhia nós ficava sessenta, setenta dia colhendo dentro do município ali e não acabava nunca porque não tinha máquina e a

lavoura na época era tudo lavoura nova, né? Recente destocado e aquilo não, era complicado.<sup>32</sup>

O senhor Altair narra que neste período existiam apenas duas ou três máquinas colhedoras em Pato Bragado, muito diferente da situação atual, em que o número desses maquinários é relevante. Também rememora sobre a dificuldade na época da colheita. A lavoura era nova. A “destoca” era recente. Assim, com o solo considerado virgem e por isso muito fértil, a produção era significativa e o trabalho manual. Na fala seguinte continua a narrar sobre esta questão:

Vagner: Era complicado porque o senhor fala?

Altair: Olha difícil que na época era tudo arrancava o mato os toco, lavoura é tudo cheio de, as máquina não ajudava, por que não era aquelas plataforma flexível que tem hoje, era tudo aquelas máquina que eles fala queixo duro, então se entrava na roça num lugar se pegava terra no outro tava cortando soja nas ponta, então ali era perdido muito soja e coisarada, mas não tinha outro jeito, por que a roça não ajudava, e as máquina também não ajudava, hoje com as máquina que tem.

Vagner: E ai não tinha como colher manual?

Altair: A maioria passava a máquina e tirava o que a máquina tirava e depois arrumava gente e ia onde ficava muito, ia lá e colhia manual, isso foi feito muitas vez isso, quando a roça que nem esse ano destocava plantava soja, preparava mal porque, e daí quando colhia mal sobrava muito então a máquina tirava o que conseguia daí arrumava gente e ia lá e colhia a muque, não tinha outro jeito pra fazê perdia muito, mas vai fazer o que não tinha outra saída.<sup>33</sup>

O entrevistado faz uma comparação entre os maquinários que existem atualmente e os que existiam naquele momento. Segundo ele, as colhedoras “queixo duro” não eram flexíveis como as que existem hoje, ou seja, não conseguiam acompanhar os desníveis da lavoura que estava a pouco formada. Então era necessário mesmo com a utilização da colhedora o trabalho manual para terminar a colheita, sendo que mesmo assim se perdia muita produção. Então, o que acontecia era que no início da implantação desses maquinários ainda se utilizava também o trabalho manual. O entrevistado considera isso a partir de sua experiência. Relata o passado fazendo uma comparação com o tempo presente, sendo que para o período as

<sup>32</sup> CUNICO, Altair. Entrevista concedida em 22 de abril de 2011. Realizada por Vagner José Moreira nas dependências da residência do entrevistado no Prolongamento da Avenida Willy Barth, Pato Bragado – PR.

<sup>33</sup> Idem, Ibidem.

máquinas poderiam ser consideradas de alta tecnologia. Fazendo uma analogia com o maquinário do tempo presente ele e outros trabalhadores as adjetivam como “queixo duro”.

A senhora Selmira Majolo, de 62 anos de idade no período da entrevista, aposentada e residente atualmente no centro de Pato Bragado, rememora o momento em que a primeira colhedeira foi utilizada na comunidade da Linha km 5, interior de Pato Bragado, onde morou por cerca de 40 anos, quando seu esposo faleceu mudou-se para a cidade:

Jaqueline: Então lá voltando, tinha um vizinho que tinha um trator, mas a maioria não tinha então?

Selmira: Um só, só pra aquela comunidade.

Jaqueline: Isso em, década de oitenta?

Selmira: Isso de oitenta pra cá, eu não sei exatamente o ano, até noventa e cinco ai tinha vários tratores, visch! Daí já tinha colhedeira, quando a primeira colhedeira veio colhê aquele soja daí toda à vizinhança veio olhá.

Jaqueline: E tu lembra em que ano que era?

Selmira: Era em oitenta, toda a vizinhança veio olha, era uma festa, uma festa.<sup>34</sup>

Segundo a entrevistada a vinda da primeira colhedeira em sua comunidade foi motivo de festa entre a vizinhança. Isso a partir da experiência do trabalho manual. De acordo com a senhora Selmira, na comunidade em que residia existia apenas um trator para todos os moradores, em sua memória isso ocorre na década de 1980. Já nos anos 1990 existiam vários tratores naquele local, o que contrasta com a informação citada acima do grande número de tratores no município atualmente. O senhor Altair relata sobre um período anterior, onde ainda não eram utilizados plantadeiras e colhedeiros, no qual quase todo o trabalho era feito manualmente, logo após a derrubada do mato e início da formação das lavouras no município:

Vagner: E plantava o quê?

Altair: Plantava milho, plantava soja, maioria era milho, mas na época já planta soja, mas tudo manual.

Vagner: Manual como que era?

Altair: Com a máquina normalzinha, daí colhia, cortava com a foice e trilhava com a trilhadeira.

Vagner: Trilhadeira de animal?

Altair: Com motor e...

Vagner: Como?

Altair: Tu nunca viu uma trilhadeira. (risos)

<sup>34</sup> MAJOLO, Selmira. Entrevista concedida em 30 de novembro de 2010. Realizada por Jaqueline Michele Cunico nas dependências da casa da acadêmica no Prolongamento da Avenida Willy Barth, Pato Bragado – PR.

Vagner: Não sei, às vezes eu vi, mas eu não conheço pelo nome, que jeito que é a trilhadeira?

Altair: A trilhadeira é que nem, ela funciona praticamente que nem uma ceifa, uma colhedeira, só que você tem que trabalha tudo a muque com ela, você corta o soja, que nem em roça nova cheia de toco, madeira, você corta põe o soja num monte encosta a trilhadeira lá, ela tem um motor, o sistema dela pra trabalha é que nem uma ceifa, você só enfia o soja ali na frente vai sair o soja limpo lá na.

Vagner: Mas pra limpar quando ainda é novo e nasce o mato?

Altair: Ah, isso só na enxada.

Vagner: Na enxada, não passava animal?

Altair: Não, não tem como, a terra pra você mexer com animal, com arado e coisa você precisa pelo menos uns três, quatro ano, depois que você derrubou e plantou daí você a recém consegue entrar com arado pra mexer na terra, que é muita raiz do mato, então ali é só, só enxada, nós gastamos alguma enxada nisso ai, meu Deus do Céu!<sup>35</sup>

O entrevistado rememora a utilização dos equipamentos agrícolas daquele período, como a máquina para plantar “normalzinha”, a foice, a “trilhadeira”. Embora já existindo e utilizando algumas tecnologias do período, como é o caso da “trilhadeira”, o entrevistado considera que o trabalho era feito todo manualmente, mesmo utilizando a máquina para “limpar” os grãos de soja. Novamente, o senhor Altair significa o passado a partir do presente, comparando a forma como o trabalho na lavoura é realizado hoje e como era realizado naquele período, décadas atrás.

Segundo o senhor Altair, logo no início das lavouras nem mesmo o trabalho animal era utilizado, sendo que ainda existiam muitas raízes na terra. Apenas três ou quatro anos depois poderia ser utilizado o trabalho animal. O entrevistado rememora que “nós gastamos alguma enxada nisso ai, meu Deus do Céu!”, ao colocar no plural a frase está relembrando não apenas o seu trabalho, mas os de outros trabalhadores rurais daquele período, principalmente o de seus irmãos.

Na entrevista com a senhora Julieta Kopsel, de 67 anos, e seu esposo Bernardo Kopsel, de 71 anos no período da entrevista, moradores da Linha km 9 no interior do município de Pato Bragado, a descrição desse período também é ressaltado:

Julieta: Pra plantar daí, plantava a muque antigamente, por que tinha aqueles toco não, que nem quando nós tava lá embaixo no Rio Branco, depois

---

<sup>35</sup> CUNICO, Altair. Entrevista concedida em 22 de abril de 2011. Realizada por Vagner José Moreira nas dependências da residência do entrevistado no Prolongamento da Avenida Willy Barth, Pato Bragado – PR.

daquilo, lá destoquemos com o trator, né? Mas lá era tudo assim, podia só com a enxadinha.

Jaqueline: Tinha toco ainda no meio, né?

Julieta: Tinha toco não podia entrá com nada, nem arado de boi, nada.<sup>36</sup>

Esse processo é ressaltado em inúmeras narrativas, a partir disso pode-se concluir que foi uma questão marcante para a maioria dos trabalhadores. Justamente por não poderem utilizar a força animal para arar a terra. “Podia só com a enxadinha”, ou seja, o trabalho de plantar a roça e de manter a roça “limpa” era feito todo por meio da utilização de trabalho manual, apenas da utilização de enxadas.

Odílio Sepulcri (2005), a partir da formulação teórica dos complexos agroindustriais (CAI), analisa o processo denominado hegemonicamente de “modernização” da agricultura, termo muito utilizado na literatura sobre o assunto. Segundo o autor, o CAI foi à primeira formulação teórica para compreender a dinâmica do setor rural. O processo de transformação do campo nas últimas décadas está relacionado com o surgimento dos complexos agroindustriais no Brasil.

De acordo com Geraldo Müller (1989), em sua obra “Complexo agroindustrial e modernização agrária”, o “CAI, pode ser definido com um conjunto formado pela sucessão de atividades vinculadas a produção e transformação de produtos agropecuários e florestais” (MÜLLER, 1989, p. 45). O CAI se trata da interdependência entre a indústria produtora de insumos (necessários para a produção agrícola), a agricultura em si e o mercado consumidor da matéria-prima; é a intensificação das relações entre agricultura e indústria. Ou seja, a agricultura perde a sua autonomia, sendo que depende tanto da indústria fornecedora de insumos como do mercado consumidor da matéria-prima para se manter. Assim como os demais setores dependem um do outro.

Tratando-se do leite, como exemplo, um “produtor” que vende a sua produção para a Frimesa Cooperativa Central, para se manter depende tanto desta empresa que compra o seu produto, no caso o leite, como de outras empresas que fornecem os produtos necessários para manter a alimentação e medicação do rebanho; manutenção da ordenha; entre outros. Por outro lado, a “cooperativa” também depende do “produtor”, que fornece a matéria-prima, o leite, que será industrializado pela própria empresa ou vendido para outras. Da mesma forma,

---

<sup>36</sup> KOPSEL, Julieta. KOPSEL, Bernardo. Entrevista Concedida em 11 de janeiro de 2011. Realizada por Jaqueline Michele Cunico nas dependências da casa dos entrevistados na Linha km 9 em Pato Bragado – PR.

como a Frimesa depende do mercado consumidor, a lei de oferta e procura. Concluindo, existe uma relação de dependência tanto do “produtor” com a empresa e com o mercado consumidor, e vice-versa, como com a indústria fornecedora de produtos para manter a produção. Mas, de acordo com Müller, a utilização do termo CAI para analisar o setor rural nacional merece o cuidado com as especificidades do caso brasileiro. Sendo que o CAI surge em países considerados “desenvolvidos”, como o EUA, e é transplantado para o Brasil.

Baseado nos autores norte-americanos John Davis e Roy Goldberg, Müller afirma que, segundo esses autores, já no início da segunda metade do século XX, a agricultura era a atividade que menos pesava no complexo rural. Entre 1910 e 1965, o valor norte-americano da produção agrícola foi de 54% para 14%, ao mesmo tempo em que a de insumos foi de 11% para 21%, e de processamento e distribuição foi de 35% para 68%.

Já no Brasil, de acordo com Müller, ainda por volta da década de 1960, a agroindústria mesmo existindo não possuía grande expressão. “Tratava-se, então, de uma agroindústria cuja indústria para a agricultura estava inteiramente localizada no exterior” (MÜLLER, 1989, p. 47). Então, não se percebe um complexo agroindustrial ainda neste período no Brasil.

Em todo esse processo de modificações no meio rural no Brasil, segundo Sepulcri (2005), o Paraná se destaca por ser um dos Estados onde as transformações ocorreram mais intensamente, sendo um estado conhecido pela produção agrícola, principalmente de grãos. Neste sentido, torna-se interessante o estudo e análise deste processo, especificamente no Oeste do Paraná.

No município de Marechal Cândido Rondon, segundo dados do IBGE (2006), as culturas de soja e milho são as principais, em quantidade, dentro da produção agrícola. Das 2.423 propriedades agropecuárias, que ocupam uma área de 54.389 hectares de terra, 1.539 propriedades produzem milho, somando um total de 87.164 toneladas do grão, e, 1.067 estabelecimentos produzem soja, somando 43.760 toneladas, dados da lavoura temporária. Isso demonstra a predominância da produção desses grãos nas lavouras no município e também na região Oeste.

São evidentes as transformações que ocorreram no meio rural, tratando aqui especificamente do Oeste do Paraná, nos últimos anos. Nos relatos dos trabalhadores do campo essas modificações são recorrentes em suas falas. Trata-se de uma grande mudança em curto espaço de tempo. A justificativa para tal transformação é a expansão do modo capitalista

de produzir no campo. Porém não é apenas isso, como se o capitalismo já tivesse se apossado do meio urbano e agora é a vez do campo.

A expansão do capitalismo no meio rural não pode ser explicada por si só. Não se trata de um processo de causa e efeito. O capitalismo está em expansão tanto no campo quanto na cidade, esta é a tendência do capital, se apropriar de todos os meios de produção, agrícola e industrial (MARTINS, 1995).

Na obra “O campo e a cidade”, de Raymond Williams (1989), o autor analisa a relação entre o meio urbano e o rural. A relação entre os dois deve ser pensada de maneira imbricada para que a análise tanto de um como do outro não seja fragmentada. Ao campo, por um lado, construiu-se hegemonicamente a idéia de inocência e tranquilidade. Por outro mais negativo a ignorância e atraso. A cidade é adjetivada como lugar onde as coisas acontecem, o saber, mas também o lugar do perigo e do barulho. Essas idéias, segundo Williams persistiram por diversas sociedades e períodos e, pelo que podemos observar em nossa sociedade, de certa forma existe até os dias atuais, Raymond denomina isso de “estruturas de sentimentos”.

O campo e a cidade sempre estiveram imbricados, mas nas últimas décadas essa relação se estreitou de forma muito intensa. A partir de suas experiências os trabalhadores significam que a maneira como os que vivem no campo é visto foi modificada também por este processo de introdução de novas tecnologias no meio rural. A senhora Selmira Majolo narra sobre a visão que as pessoas da cidade na qual residia tinham dos moradores do interior do município, principalmente os filhos que iam estudar na cidade, isso entre duas ou três décadas atrás:

Selmira: [...] e os próprios filhos se sentiam discriminados dentro da sociedade por causa disso e nós sentíamos isso, que nem antes eu coloquei do desfile eu lembro bem que os nossos filhos falavam eu escutei mãe: “olha lá os caipira do Km 5! “(risos), e isso não era só em Pato Bragado, isso era em toda a região. Então hoje eu vejo os filhos das famílias que estão indo pra uma universidade olho eu fico feliz.<sup>37</sup>

Em sua entrevistada elabora uma comparação entre o presente aonde os filhos dos trabalhadores rurais vão para a Universidade, e o passado no qual, em sua memória, seus filhos eram discriminados pelos colegas que moravam na cidade. Para ela os trabalhadores do

---

<sup>37</sup> MAJOLO, Selmira. Entrevista concedida em 30 de novembro de 2010. Realizada por Jaqueline Michele Cunico nas dependências da casa da acadêmica no Prolongamento da Avenida Willy Barth, Pato Bragado – PR.

campo e da cidade não são mais tão “diferentes”. Se analisarmos o porquê essa idéia é construída chegaremos a inúmeras razões. Uma delas é a falta de “oportunidade” dos filhos de trabalhadores rurais e proprietários permanecerem no campo. Na região, a grande maioria dos agricultores são pequenos ou médios proprietários. Isso impede que os filhos continuem trabalhando com os pais, sendo que a renda não seria suficiente. Ou, que é mais significativo, o não querer trabalhar no campo.

A historiadora Flaviane Mônica Christ (2010) ao analisar o processo de formação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Miguel do Iguçu (STRs), no início da década de 1970, também se preocupou com as transformações das relações de trabalho no campo. Segundo entrevista realizada por Christ com o senhor Miguel Isolar Sávio, que foi o primeiro secretário do STRs de São Miguel do Iguçu, entre 1972 e 1983, e que assume a presidência em 1984 até 1992, o aumento da população fez crescer os problemas em relação à questão da terra, como as famílias tinham um grande número de filhos numa propriedade pequena existia a possibilidade de não poderem ficar na terra, e como praticamente não existia comércio ou indústria, a situação era ainda mais grave. Esta questão aparece também no período de formação em Marechal Cândido Rondon, o senhor Altair Cunico, 52 anos, trabalhador rural, relata sua experiência no período de formação das lavouras no interior do município:

Vagner: Você falou que derrubava mato isso era aqui mesmo em Pato?

Altair: Sim, e se nós contá os alqueire de mato que nós derrubamos aqui, meu Deus do Céu! Fazia empreita, os cara queria derrubá mato dizia: “ó eu te pago, eu que quero tanto roça dois alqueire derrubá, pra formar lavoura, roça”. E nós era obrigado a ir não tinha outro serviço, era só na roça, queria viver, então, tinha que trabalhá, plantá, arrumá umas terra, plantá uma parte pra tu ter uma, a ai o resto de tempo tinha que trabalhar por dia, pra fora, daí fazia uma empreita, pega mato pra derrubá ou pra roça o mato e assim.<sup>38</sup>

Segundo o trabalhador, na região naquele período, pelo início da década de 1970, não existia outra opção além do trabalho na roça, mesmo sendo a derrubada do mato um trabalho desgastante, como se pode perceber nas entrelinhas de sua fala: “Sim, e se nós contar os alqueire de mato que nós derrubamos aqui, meu Deus do Céu!”. Como a família do entrevistado não possuía propriedade de terra este era obrigado a trabalhar para outros

---

<sup>38</sup> CUNICO, Altair. Entrevista concedida em 22 de abril de 2011. Realizada por Vagner José Moreira nas dependências da residência do entrevistado no Prolongamento da Avenida Willy Barth, Pato Bragado – PR.

proprietários, não tendo outra opção. Era o que acontecia também com pequenos proprietários, que não possuíam terra suficiente para manter suas famílias.

Com base no trabalho de Christ (2010), pode-se entender uma disputa de projetos para o campo. No processo de formação do sindicato em São Miguel do Iguçu a figura do padre Aloiso José Weber foi decisiva, o que demonstra a influência da igreja diante da população naquele período. A atuação de Weber ia ao sentido do cooperativismo para o aumento da produção, da “modernização” do campo. Não existia nenhuma conotação revolucionária com o intuito de alteração das estruturas já vigentes, como a luta pela terra ou reforma agrária. Essas eram consideradas propostas “comunistas”, totalmente contrárias ao projeto da Igreja naquele momento. O objetivo era apenas dar continuidade a permanência dos pequenos proprietários no meio rural, o que favorecia a religiosidade destes. A “mecanização” do campo não foi um projeto criado e defendido por todos. Para muitos dos trabalhadores não proprietários este processo culmina no fim do emprego no campo, sendo que as máquinas poderiam realizar o trabalho que antes era feito por este trabalhador.

Outro aspecto ressaltado por Flaviane Christ (2010) é a diversidade de categorias de trabalho existentes dentro do sindicato, a exemplo de todo o meio rural na região: trabalhadores assalariados, meeiros, parceiros, volantes e bóias-frias, pequenos proprietários, entre outros. Sobre as categorias de trabalhadores rurais, o atual presidente do sindicato de São Miguel do Iguçu, Claudio Aparecido Rodrigues, 52 anos, entrevistado por Flaviane, significa o trabalhador assalariado como “aquele trabalhador rural em São Miguel do Iguçu que trabalha com carteira assinada, que tira leite de vaca, né?”<sup>39</sup>. Na fala do entrevistado se compreende que ele significa a atividade do leite como algo realizado exclusivamente por assalariados, e que estes possuem carteira assinada. Isso a partir de sua experiência. Embora baseada em minha pesquisa possa afirmar que isso não condiz com a realidade dos trabalhadores do leite em Marechal Cândido Rondon e Pato Bragado, que em muitos casos trabalham com diferentes formas de assalariamento. Também deixa a entender que não é mais a família que realiza esse trabalho do “tirar o leite”, mas sim trabalhadores.

---

<sup>39</sup> Rodrigues, Cláudio Aparecido. Entrevista concedida em 14 de outubro de 2009. Presidente do STR desde 2005. Realizado nas dependências do sindicato, Rua Vânio Ghellere, em São Miguel do Iguçu/PR, por Flaviane Mônica Christ.

O processo de “mecanização” do campo na região Oeste do Paraná modifica, entre outros, o sentido das categorias de trabalho. Sobre isso senhor Altair rememora como se davam as relações de trabalho naquele período:

Altair: [...] então eles davam pra você derrubá e plantá pra você colhê, o que colhê era teu, pra ter a terra pronta pra esteira entrá e arranca os toco, pra formá lavoura, então por isso que eles davam, então dois, três ano, derruba o mato e logo entra com a esteira não é fácil também, então eles planta um, dois ou três ano e daí pnhava a esteira pra arranca os toco, e daí formava a lavoura e isso fizeram tudo errado, eles podiam ter arrancado o mato e feito a lavoura direto, então na época você, aqui se você queria plantá cem alqueire a muque, isso você não precisava ir longe, isso o que tinha de gente oferecendo: “não quer derrubá o mato lá e plantá, pode ir lá derrubá”, eles queria ver a roça, né? Não queriam renda e nada, mas como é que tu vai fazer manual você não faz muito, não é que nem você botá trator ali, pra tu plantar em uma pessoa cuidar de dois, três alqueire se tem que bate bonito se for tudo manual, que tu tem que limpar a roça também, tem que carpi, tem que, isso não é que nem hoje você com trator você cuida cinquenta, sessenta alqueire, com enxada se você for sozinho se vai cuidar dois, três, mais não, pela mão de obra que dá.<sup>40</sup>

O senhor Altair relata sobre a forma como funcionava a relação entre proprietário e arrendatário. As terras eram todas tomadas pelo mato e era necessária a derrubada para a formação das lavouras. Segundo senhor Altair, esse trabalho normalmente era feito por arrendatários, os quais não precisavam pagar a renda pela terra por dois ou três anos se derrubassem o mato e formassem a lavoura. O entrevistado narra que o número de terras disponíveis para arrendamento era muito grande, porém como o trabalho era feito todo manualmente não era possível arrendar uma grande quantidade de terra. Ao passar esse tempo o proprietário dispensava o arrendatário e era obrigado a procurar novas terras para arrendar:

Vagner: Naquele momento que o senhor fala que ficava ali dois ou três anos é um momento em que a terra tá começando a dar, não é?

Altair: Lógico, que a terra, o primeiro ano que você passa o fogo, né? Daí começa a plantar ela até que não é tão boa, o segundo ano em diante ela começa.

Vagner: Mas ai vocês não ficavam com vontade de ficar na terra? Pra não precisar derrubar mais mato?

Altair: Vai fazer o quê?

Vagner: Não tinha o que fazer?

---

<sup>40</sup> CUNICO, Altair. Entrevista concedida em 22 de abril de 2011. Realizada por Vagner José Moreira nas dependências da residência do entrevistado no Prolongamento da Avenida Willy Barth, Pato Bragado – PR.

Altair: Tinha que trabalhá.<sup>41</sup>

Ao dizer “vai fazer o quê” se entende que o desejo de permanecer na terra existia, mas a necessidade de trabalhar para sobreviver era maior, “tinha que trabalhar”. Apesar de não ser possível aqui perceber o tom de voz do entrevistado, sendo que nem a mais perfeita transcrição substitui o áudio (PORTELLI, 1997), pode-se perceber a tristeza em sua fala, assim como foi presenciado na entrevista. Um pedaço de terra que mesmo não pertencendo formalmente ao trabalhador era formado e cultivado por ele e que ao estar pronto para a lavoura teria que ser abandonado para que o proprietário passasse a tomar conta. O trabalhador era quem fazia o trabalho pesado da derrubada da mata e limpeza do solo, mas quem desfrutava da produção da lavoura seria mais tarde o proprietário. Aqui se percebe um sentimento de pertencimento a “terra”, outra vez retorno ao conceito de “estrutura de sentimentos” de Raymond Williams (1989). Quando o entrevistado é questionado sobre o conhecimento de algum trabalhador que tenha se recusado a sair das terras que arrendava a sua resposta segue um caminho que não condizia com a pergunta:

Vagner: E o senhor não ficou sabendo de ninguém que queria ficar, que não aceitava ir embora? Queria às vezes prolongar o tempo?

Altair: Não, ali que a maioria na época começou assim, eles queriam derrubá, no começo, quando as máquinas começaram a destoca aqui, ninguém achava que isso ia entrá no mato com uma máquina e ia derrubar o mato, então derrubava o mato primeiro, queimava, tirava a maioria das coisa, e daí entrava com a esteira pra arrancá os toco e ai fizeram tudo errado, porque o melhor pra terra você entrá e arrancá o mato do que você queimá porque aquela palhada tudo que é folha que tem no mato, se tu só arranca mato aquela lá vai vira tudo terra e se você passa o fogo isso queima tudo, que eu fui no Paraguai desde noventa e pouco, quando o Irineu começou eu fui junto muitas vez pra lá, e eles lá arrancaram tudo o mato não foi arrancado uma árvore pra destoca e coisa, o mato virgem, e a terra fica, pra terra é muito melhor do que como fizeram aqui, com a destoca pra arrancá só os toco e na época o pessoal não sabia isso que podia, talvez sabe um ou outro sabia, mas achava que era impossível uma máquina entra ali e arrancá o mato pra forma lavoura, então eles davam pra você derrubar e plantar pra você colhê, o que colhê era teu pra ter a terra pronta pra esteira entrar e arrancar os toco, pra formar lavoura, então por isso que eles davam, então dois, três ano, derrubar o mato e logo entrar com a esteira não é fácil também, então eles planta um, dois ou três ano e daí ponhava a esteira pra arrancar os toco, e daí formava a lavoura e isso fizeram tudo errado, eles podiam ter arrancado o mato e feito a lavoura direto, então na época você,

---

<sup>41</sup> Idem, Ibidem.

aqui se você queria plantar cem alqueire a muque, isso você não precisava ir longe, isso o que tinha de gente oferecendo: “não quer derrubar o mato lá e plantar pode ir lá derrubar”, eles queria ver a roça, né? Não queriam renda e nada, mas como é que tu vai fazer manual você não faz muito, não é que nem você botá trator ali, pra tu plantar em uma pessoa cuidar de dois, três alqueire se tem que bate bonito se for tudo manual, que tu tem que limpar a roça também, tem que carpi, tem que, isso não é que nem hoje você com trator você cuida cinquenta, sessenta alqueire, com enxada se você for sozinho se vai cuidar dois, três, mais não, pela mão de obra que dá.<sup>42</sup>

Neste momento, a entrevista segue um rumo diferente do que o entrevistador questiona. Segundo Portelli, a entrevista é construída por ambos, entrevistado e entrevistador. “A comunicação sempre funciona de ambos os lados. Os entrevistados estão sempre, embora talvez discretamente, estudando os entrevistadores que os ‘estudam’.” (PORTELLI, 1997, p. 36). O não querer falar sobre alguma questão e narrar mais sobre outra pode significar algo relacionado com a vivência do entrevistado. Existem evidências de experiências sociais de luta pela terra na região naquele período. O trabalho de Christ (2010) destaca experiências do tipo em São Miguel do Iguaçu. Obviamente o entrevistado também tinha conhecimento de algum conflito relacionado a permanência na terra, mas não o relatou.

Outra questão que a narrativa evidencia é a prática do uso de relações de trabalho “não-capitalistas” que servem para a produção e a concentração do capital necessário para a exploração capitalista. A renda da terra era paga não em dinheiro, mas através do trabalho da derrubada da mata. Normalmente o arrendamento acontecia apenas através de contrato verbal entre proprietário e trabalhador, sem nenhum tipo de contrato escrito.

Continuando a falar sobre o processo de derrubada da mata e destoca, o senhor Altair significa o período quando este trabalho começou a ficar escasso:

Vagner: E isso o senhor com os irmãos do senhor fizeram bastante?

Altair: Meu Deus do Céu! E muito, muito, muito foi feito, e daí depois começou as destoca, daí acabou daí, quem tinha na época, eles falavam o agregado, tinha um agregado na terra já não precisou mais porque isso tinha a lavoura pronta daí fizeram mesmo com trator, fazia com trator não precisava mais dos, das pionada, e nós trabalhamos ali no Ernesto Schmitt, até a mãe dele faleceu hoje, e ele tinha uma colônia de terra ali na saída, pra lá do cemitério, nós plantamos, derrubamos nove alqueires de mato dele, dois ano ele não cobrou renda pra nós, mas tinha que derrubá o mato, daí nós plantamos mais dois ano depois ainda e daí ele destoco tudo só que daí ele já

---

42

Idem, Ibidem.

avisou o último ano quando ele arrancou os toco tudo, ele foi até um cara, ele até falou pra o pai: “oh, vamos, vô planta a roça e vô dá vinte por cento pra o senhor da soja, só que daí pra o ano que vem o senhor tem que arrumar um outro lugar porque eu vou plantar mesmo aqui, agora tá tudo destocado”, mas ele ainda foi, pra primeira safra ele ainda deu uma renda pra o pai pelo o que ele tinha feito, por derrubar o mato pra ele, mas isso era poucos que fazia, quando tava o mato derrubado a maioria não agora eu vou destocá e plantá mesmo, e você tinha que correr a arrumar um outro lugar, apesar que na época era fácil, só que depois que começou a destoca ai começou a complicar mais.

Vagner: Aí diminui o trabalho?

Altair: É aí diminui o trabalho pra você, de catador de raiz e coisa, que na época arrancava tudo as raiz e tinha que limpa, aí agora pra tu chegar pra pega roça pra plantá aí já não era mais.

Vagner: Mais difícil?

Altair: Bem mais difícil.<sup>43</sup>

Segundo sua fala, com o início da “destoca” o arrendamento a terra ficou mais difícil; também os agregados nestas terras foram sendo obrigados a procurarem outros lugares. Em sua memória o entrevistado recorda o proprietário de terras que mesmo após a destoca deu uma porcentagem da plantação para sua família. O senhor Altair significa isso como algo raro sendo que os outros proprietários não o faziam. Também considera que o trabalho diminuiu e que a situação ficou mais difícil, sendo que para quem não possuía terras, como no caso de sua família, o número de terras que poderiam ser arrendadas se tornou escasso. Como se percebe o processo de implantação de tecnologias no campo prejudica inúmeros trabalhadores, embora estes não o percebam diretamente guiados por uma construção dominante de uma ideia extremamente positiva da “mecanização” do campo.

Raymond Williams (1989) utilizou a literatura como fonte para analisar e compreender como os sujeitos experienciavam o processo de transformação do campo e da cidade no período de difusão do capitalismo na Inglaterra. Esta pesquisa busca analisar por meio do uso das fontes orais as transformações que ocorreram no Oeste do Paraná, quando as relações de trabalho capitalista começam a se intensificar no meio rural. Concomitante ao processo de industrialização da região, não são processos que acontecem separadamente, mas que se inter-relacionam diretamente.

A intenção de Williams é, sobretudo, realizar um estudo de ideologia e verificar como a velha Inglaterra rural era entendida e retratada ao longo dos séculos. Em sua obra o autor

---

<sup>43</sup>

Idem, *Ibidem*.

dialoga com a literatura inglesa para compreender como os sujeitos vão construindo suas percepções do processo de nascimento e expansão do capitalismo na Inglaterra. O autor faz uma análise literária de obras que retratam o campo e a cidade acompanhada de reflexos detidos nas transformações expressas pelo pensamento social. Assim, Williams voltou seu olhar ao passado e percebeu como escritores e poetas ingleses imaginavam o campo. A preocupação da análise era com o enfoque histórico antes da veracidade das narrativas.

Neste sentido, no sétimo capítulo da obra, Williams analisa o processo de expansão do capitalismo, que, entre outros, culmina na organização da terra para o aumento da produção, a “ética do melhoramento” (WILLIAMS, 1989, p. 88). Essa mudança é imaginada na literatura na ideia do refúgio rural, que é tratada de forma melancólica, como algo que já não existe mais. A tendência foi de valorizar o caráter empreendedor do homem sobre o campo, tornando-o um produtor de riquezas. A transformação do espaço rural e a crescente exploração do camponês, ocasionaram o surgimento do anti-bucolismo. Essa tendência desmascarou o bucolismo e a imagem paradisíaca do campo, denunciando a exploração e a miséria do homem do campo e, em contrapartida, o luxo dos ricos proprietários de fazendas.

Hoje, inúmeras empresas estimulam o uso de novos termos para designar os “agricultores”. Provavelmente, para de alguma forma tornar positiva a forma como o campo está sendo organizado, voltado totalmente para aumentar a produção para o mercado. O proprietário de terra pode ser considerados um “empreendedor rural”. O termo “empreendedorismo” usado outrora exclusivamente no meio urbano também está sendo transplantado para o campo – mais uma evidência do capitalismo expandindo suas relações para o campo.

É a tentativa de fazer com que o trabalhador rural e até mesmo o pequeno proprietário, nomeados muitas vezes como agricultor, é identificado agora como “produtor”, “empreendedor rural”. Desse modo, difundindo um novo projeto para o campo, cujo conteúdo passa por aumentar a produção, mecanizar a propriedade, enfim, “modernizar” e “desenvolver”. O que é passado a esses trabalhadores, por meios diversos, como os meios de comunicação de massa, palestras promovidas por diversas empresas, enfatizando que é necessário se adaptar para se manter no campo. Paradoxalmente, a mecanização da produção mantém alguns proprietários de terra no campo. Nessa discussão pode-se acrescentar a questão do status atribuído a quem “moderniza” a sua propriedade.

Concomitantemente a “ética do melhoramento” no campo, o processo de expansão e também transformação da cidade são descritos por Williams. A mesma burguesia que promovia essa expansão era a mais preocupada em controlar suas consequências, controlar as ações do proletário: “a insolência da turba” (WILLIAMS, 1989, p. 203). O contraste entre ricos e pobres não era diferente, qualitativamente, do campo, porém era mais intensa devido à concentração da população em um espaço não tão amplo, a cidade. A resposta que Arthur Young elabora sobre as causas que levavam a população a abandonar um “campo limpo” pela “cidade imunda” se encontrava na real situação das aldeias causada pelo “melhoramento” das terras. “Todo o campo ao redor de Londres foi transformado no sentido de abastecer a cidade: trigo para as pessoas e feno para os cavalos; porcos nos baldios; frutas, legumes e leite” (WILLIAMS, 1989, p. 206). O campo estava voltado para a cidade, era a capital quem determinava a economia, a produção, se produzia no campo o que a cidade consumia.

Pode-se fazer, comparativamente, essa análise da experiência na Inglaterra dos séculos XVIII e XIX, como referência para compreender o processo no Oeste do Paraná. Atualmente, se mantém no campo aquele que possui um número significativo de terra. Porém, normalmente estes não vivem **no** campo e sim **do** campo. Ou, como a grande maioria dos pequenos proprietários da região analisada, se associa a alguma “cooperativa” para vender sua produção. Existe ainda, aquele que vende sua força de trabalho para os proprietários, este sim não vive, mas sobrevive. Muitas vezes o motivo da permanência no campo é a falta de opção de trabalho na cidade, a falta de estudos, de “experiência”, em outros casos trata-se de uma questão sentimental, gostar do trabalho que exerce, o amor pela terra.

Quanto à cidade, as visões de William Morris e H. G. Wells tem suas origens na experiência urbana. Ambos utilizam a ficção científica como metáfora para fazer uma crítica à sociedade do século XIX. Wells elabora uma visão apocalíptica sob o Universo, enquanto Morris utilizava elementos do passado para idealizar uma futura sociedade. Segundo Williams, ambos ideais não podem ser separados de uma nova idéia social do período. De acordo com o autor, “um dos últimos modelos de ‘cidade e campo’ é o sistema que agora denominamos imperialismo” (WILLIAMS, 1989, p. 375). O mundo passou a ser dividido entre avançados (cidade) e atrasados (campo). Cidade/campo em escala internacional. Assim, como o Brasil é um país considerado essencialmente agrícola também é um país “subdesenvolvido”, ou, no conceito atualizado para o tempo presente, “em desenvolvimento”,

segundo critérios imperialistas. Também no próprio interior do país isso acontece, existe uma divisão entre as regiões: pobres/ricos.

O campo passa a ser pensado como um local para onde ir após a aposentadoria, idéia que existe também na nossa sociedade. Mas isso para quem vive na cidade, pois para as pessoas que passaram a vida e trabalharam no campo o caminho é inverso: o local do descanso é a cidade. O campo é o lugar do sossego, da paz, para quem nunca precisou trabalhar nele e não conhece a realidade dos seus trabalhadores. A exploração acontece no campo como na cidade, porém sendo o meio rural disperso, poucos conhecem esse lado da vida no campo “o campo e a cidade são realidades históricas em transformação tanto em si próprias quanto em suas inter-relações” (WILLIAMS, 1989, p. 387).

Ao tratar sobre o campo como objeto de estudo, concomitantemente se analisa uma classe: os trabalhadores rurais. Porém, tratando especificamente do Oeste do Paraná a organização fundiária é formada, praticamente, por pequenos proprietários de terra. Mesmo sendo o campo em termos fundiários basicamente constituído por pequenos proprietários na região não significa que seja um caso a parte à forma capitalista de produzir.

É por meio das “cooperativas” que a lógica capitalista se insere no meio rural. Não possuindo um número significativo de terra para plantar e conseguir manterem-se no campo, os pequenos proprietários, em sua maioria, em “parceria” ou integrados às cooperativas agroindustriais ou empresas como a Sadia, possuem gado leiteiro, aviários, criação de porcos, entre outros. Para isso, essas pequenas propriedades são moldadas e organizadas da forma como as empresas/cooperativas da região solicitam. Os proprietários perdem parte significativa da autonomia sobre seu trabalho. Questão discutida por Rosane Toebe Zen (2009) em sua dissertação, “O processo de trabalho dos avicultores parceiros da Sadia S.A: controles, mediações e autonomia”, na qual analisa a atividade dos “avicultores”. Responsáveis pela produção de frango para a indústria avícola, em que buscou identificar os limites e as possibilidades no trabalho desses sujeitos, concluindo que a empresa avícola possuía grande controle sobre o trabalho dos “avicultores”, mesmo sendo exercido dentro dos limites da propriedade dos mesmos.

A senhora Selmira Majolo ao falar da atividade da família na agricultura considera que todos pertenciam a categoria de trabalhadores rurais:

Selmira: Minha família também tudo era agricultura, ainda hoje a maioria é, todos da categoria de trabalhadora rural que todos tinham uma área pequena que cultivava, e nós trabalhávamos só a família não tinha empregados não.<sup>44</sup>

A entrevistada considera que ela e sua família pertenciam a classe dos trabalhadores rurais. Isso por que de acordo com a entrevistada a família cultivava uma pequena área de terra, eram pequenos proprietários. E também era apenas a família quem trabalhava na propriedade, não haviam empregados. Ainda na próxima narrativa da entrevistada é relatada a decepção de não ter conseguido se aposentar como trabalhadora rural, sendo que já neste período trabalhava na cidade:

Selmira: [...] e ainda é uma coisa que eu sinto muito que aquela saída minha que eu vim trabalhar na prefeitura, mas morava na terra, e quando eu parei de trabalhar eu tinha cinquenta e seis anos e mantinha a minha propriedade e trabalhava ali nos finais de semana sempre tava lá, a noite sempre em casa e eu não consegui me aposentar, eu não consegui me aposentar como trabalhadora rural!

Jaqueline: Por que você trabalhava na cidade?

Selmira: Por que eu trabalhava na cidade durante o dia oito horas e daí me tirô da ativa e desclarificou a minha classe e eu tive que receber um salário mínimo por idade, isso é uma magoa muito grande que eu tenho dentro de mim que não achei justo, mas tudo bem.

Jaqueline: Você se sentia então assim uma trabalhadora rural?

Selmira: Eu sim, eu sempre fui e contribui com o INSS quatro anos e eu era contratada também contribui todos os anos que eu estava na prefeitura eu contribuía e não foi reconhecido, acho que ali na previdência social tem alguma coisa que é muito errada, muito errado, e essa é uma magoa que eu vou carregar o resto da vida porque eu sou muito assim eu não gosto de injustiças então a justiça eu sempre tô lutando ainda hoje ajudo as pessoas se alguém vem até mim e diz assim e assim ai eu não sossego eu oriento eu vou atrás eu pesquiso, por que eu acho que isso não pode ser, por ser trabalhadora rural não pode ser deste jeito não e pra mim aconteceu isso e isso me deixou assim magoada, mas tudo bem.<sup>45</sup>

A entrevistada trabalhava na cidade, como funcionária pública, mas residia e mantinha algumas atividades em sua propriedade, como a ordenha das vacas. Pelo fato de trabalhar na cidade com carteira assinada ela não conseguiu se aposentar como trabalhadora rural, que segundo ela era a categoria a qual se sentia pertencer. Embora tenha conseguido

<sup>44</sup> MAJOLO, Selmira. Entrevista concedida em 30 de novembro de 2010. Realizada por Jaqueline Michele Cunico nas dependências da casa da acadêmica no Prolongamento da Avenida Willy Barth, Pato Bragado – PR.

<sup>45</sup> Idem, Ibidem.

posteriormente a aposentadoria por idade se sente magoada por não ter sido considerada uma trabalhadora rural. Pelo fato da senhora Selmira ter sido uma pequena proprietária e nunca ter tido empregados em sua propriedade ela se autodenomina como trabalhadora rural.

Uma das questões que aparecem neste ponto é o fato de ela ter saído do meio rural no ano de 2000, período em que o trabalho manual ainda era mais significativo, em que a subordinação dos pequenos proprietários aos sistemas empreendidos junto às cooperativas ainda não estava tão acentuada na região como o agora onze anos depois, talvez seja um fator relevante para a entrevistada se identificar com a categoria dos trabalhadores rurais.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa buscou investigar as relações de trabalho no campo, na região Oeste do Paraná, a partir da década de 1960. Compreender o processo de apropriação das “cooperativas” na região por setores capitalistas e concomitantemente a introdução de novas tecnologias no meio rural nesta região.

As relações de trabalho envolvidas na cadeia produtiva do leite da Frimesa Cooperativa Central se inserem na lógica deste processo. Os pequenos proprietários de terra perdem parte significativa da autonomia a partir do momento em que suas propriedades passam a ser organizadas nos moldes impostos pela “cooperativa”, a chamada “mecanização da produção”.

Este mesmo processo implica na alteração das relações de trabalho envolvidas na cadeia produtiva do leite. O trabalho dentro da pequena propriedade adquire características inseridas dentro de uma lógica capitalista. Para além da família é utilizada também a força de trabalho de trabalhadores.

Pelo fato de na região Oeste do Paraná os latifúndios serem poucos e os pequenos proprietários de terra a maioria construiu-se a partir de uma visão hegemônica a idéia de que não existem conflitos sociais e luta pela terra no Oeste paranaense. Seria um caso a parte a estrutura fundiária e ao meio rural brasileiro. No campo em nossa região existiriam apenas pequenas propriedades cultivadas por famílias felizes de “camponeses” que não usariam nenhuma outra forma de trabalho dentro da propriedade além da familiar, a denominada “agricultura familiar”.

O meio rural no Oeste do Paraná está permeado por conflitos sociais e por inúmeras categorias de trabalho além dos pequenos proprietários: parceiros, meeiros, bóias-fria, assalariados, entre outros. Os quais são encobertos pela visão dominante de um campo que não possui relações de produção e de trabalho capitalistas. Muito embora algumas das categorias de trabalho acima citadas sejam consideradas pré-capitalistas, o capital da região se utiliza delas para se expandir.

Neste trabalho de conclusão de curso não coube analisar todas as questões que afligem o meio rural no Oeste do Paraná, jamais o poderia. Mesmo delimitando a pesquisa aos trabalhadores e proprietários de terra que estão vinculados a Frimesa Cooperativa Central,

muitas questões não resolvidas permanecem: analisar como se dão as relações paternalistas no campo (questão esboçada no texto); investigar e problematizar a consciência de classe dos trabalhadores da cadeia produtiva do leite, como estes trabalhadores interpretam a categoria a que pertencem; investigar a Frimesa Cooperativa Central de forma minuciosa, como se constitui e como atua.

São questões que não foram abarcadas de forma minuciosa nesta pesquisa, mas que apontam para a possibilidade de continuar a investigação sobre os trabalhadores do campo envolvidos na cadeia produtiva do leite no Oeste do Paraná.

## FONTES ORAIS

CUNICO, Altair. Entrevista concedida em 22 de abril de 2011. Realizada por Vagner José Moreira nas dependências da residência do entrevistado no Prolongamento da Avenida Willy Barth, Pato Bragado – PR.

DEPINÉ, David Hermes. Entrevista concedida em 21 de junho de 2010. Realizada por Flaviane Mônica Christ nas dependências do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Miguel do Iguaçu, Rua Vânio Ghellere, em São Miguel do Iguaçu/PR.

DUNKE, Danilo. Entrevista concedida em 02 de dezembro de 2009. Realizada por Jaqueline Michele Cunico nas dependências da residência do entrevistado na Linha Flor do Oeste, distrito de Iguaporã, Marechal Cândido Rondon – PR.

GITTLER, Marlete. Entrevista concedida em 22 de dezembro de 2009. Realizada por Jaqueline Michele Cunico, nas dependências da residência da entrevistada na Linha Passo Fundo, distrito de Bom Jardim, Marechal Cândido Rondon - PR.

GITTLER, Marlete. GITTLER, José. Entrevista concedida em 13 de maio de 2010. Realizada por Jaqueline Michele Cunico nas dependências da residência dos entrevistados na Linha Oriental, Pato Bragado – PR.

HORST, Emma. Entrevista concedida em 08 de dezembro de 2010. Realizada por Jaqueline Michele Cunico nas dependências da residência da entrevistada na Avenida Continental, Pato Bragado – PR.

LAYTER, Arnilda. Entrevista concedida em 02 de dezembro de 2009. Realizada nas dependências da residência da entrevistada na Linha Flor do Oeste, distrito de Iguaporã, Marechal Cândido Rondon – PR.

LEMMERTZ, Valdemar. Entrevista realizada em 21 de dezembro de 2009. Realizada nas dependências da residência do entrevistado na Linha Havaí, distrito de Iguaporã, Marechal Cândido Rondon – PR.

LIMBERGER, Guido. Entrevista concedida em 12 de março de 2010. Realizada por Jaqueline Michele Cunico, nas dependências de sua casa na Linha São João, distrito de Margarida, Marechal Cândido Rondon – PR.

MAJOLO, Selmira. Entrevista concedida em 30 de novembro de 2010. Realizada por Jaqueline Michele Cunico nas dependências da casa da acadêmica, no Prolongamento da Avenida Willy Barth, Pato Bragado – PR.

MILKE, Alse. Entrevista concedida em 21 de dezembro de 2009. Realizada por Jaqueline Michele Cunico nas dependências da residência da entrevistada na Linha Flor do Oeste, distrito de Iguaporã, Marechal Cândido Rondon – PR.

SCHERER, Ivone Maehler. Entrevista concedida em 25 de janeiro de 2011. Realizada nas dependências da residência da entrevistada no Prolongamento da Avenida Willy Barth, Pato Bragado – PR.

STRENSKE, Louvane Maria. Entrevista concedida em 26 de janeiro de 2011. Realizada nas dependências da residência da entrevistada no Prolongamento da Avenida Willy Barth, Pato Bragado – PR.

KOPSEL, Julieta. KOPSEL, Bernardo. Entrevista Concedida em 11 de janeiro de 2011. Realizada por Jaqueline Michele Cunico nas dependências da casa dos entrevistados, na Linha KM 9 em Pato Bragado – PR.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, P. R.; CALVO, C. R.; CARDOSO, H. H. P. Trabalho e Movimentos Sociais: histórias, memórias e produção historiográfica. In: CARDOSO, H. H. P.; MACHADO, M. C. T. (Orgs.) **História: Narrativas plurais, múltiplas linguagens**. Uberlândia, EDUFU, 2005.

CHESNEAUX, J. **Devemos fazer tábula rasa do passado?** Sobre a história e os historiadores. São Paulo: Ática, 1995.

CHRIST, Flaviane Mônica. **Memórias, projetos e lutas na formação história do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Miguel do Iguaçu/PR (1970-2009)**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2010.

FONTANA, J. O materialismo histórico e a crítica do capitalismo. In: \_\_\_\_\_. **História: análise do passado e projeto social**. Bauru, SP: EDUSC, 1998.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo agropecuário 2006**. Rio de Janeiro, 2006.

MARTINS, J. S. A sujeição da renda da terra ao capital e o novo sentido da luta pela reforma agrária. In: \_\_\_\_\_. **Os camponeses e a política no Brasil: As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político**. 5ª. ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

MARX, K. A assim chamada acumulação primitiva. In: \_\_\_\_\_. **O capital: crítica da economia política**. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971. cap. XXIV.

MEDEIROS, L. S. **Lavradores, trabalhadores agrícolas, camponeses: os comunistas e a constituição de classes no campo**. 1995. 295 fls. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Doutorado em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP.

MOREIRA, V. J. **Memórias e histórias de trabalhadores em luta pela terra: Fernandópolis-SP, 1946-1964**. 2009. 266 f. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia, UFU, Uberlândia, 2009.

MÜLLER, G. **Complexo agroindustrial e modernização agrária**. São Paulo: Hucitec, Educ, 1989.

PORTELLI, A. A filosofia e os fatos. Narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. **Tempo**, Rio de Janeiro: vol. 1, nº. 2, 1996.

\_\_\_\_\_. O que faz a história oral diferente. **Projeto História**, São Paulo, Educ, n. 14, p. 25-39, fev.1997.

SEPULCRI, O. **Estratégias e trajetórias institucionais da empresa de assistência técnica e extensão rural do Paraná (EMATER – PR)**. 2005. 161 f. Dissertação (Mestrado Profissionalizante em Desenvolvimento Econômico) – Centro de Pesquisas Econômicas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

TEIXEIRA, J. C. Modernização da Agricultura no Brasil: Impactos Econômicos, Sociais e Ambientais. **Revista Eletrônica AGB/TL**, Ano 2, n. 2, p. 21-42, 2005. Disponível em: <[www.cptl.ufms.br/agbtl](http://www.cptl.ufms.br/agbtl)>: Acesso em: 24/fev./2010.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**. A árvore da liberdade. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, v. I, 1997.

\_\_\_\_\_. **A formação da classe operária inglesa**. A maldição de Adão. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, v. II, 1988.

\_\_\_\_\_. Economia moral da multidão inglesa no século XVIII. In: \_\_\_\_\_. **Costumes em comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998a.

\_\_\_\_\_. Tempo, disciplina de trabalho e o capitalismo industrial. In: \_\_\_\_\_. **Costumes em comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998b.

TOEBE ZEN, R. **O processo de trabalho dos avicultores parceiros da Sadia S.A.: controles, mediações e autonomia**. 2009. 142 f. Dissertação (Mestrado em Educação) –

Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

WILLIAMS, R. **O campo e a cidade**: na história e na literatura. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

## **Declaração de Autoria**

Eu **Jaqueline Michele Cunico**, declaro para os devidos fins que o conteúdo deste Trabalho de Conclusão de Curso é de minha exclusiva autoria, assumindo, portanto totais direitos e responsabilidades sobre ele.

Jaqueline Michele Cunico

---

Assinatura